

VERDE-OLIVA

Exército Brasileiro

BRÁSILIA-DF • ANO XXXV • Nº 195 • JAN/FEV/MAR 2008 CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO



BATERIA CAIENA foi como ficou conhecida a tropa brasileira enviada por D. João VI para conquistar a Guiana Francesa, em 1809.

Brasil leva ajuda humanitária ao povo boliviano
Os fortes da Região de Florianópolis
Projeto Paraguai

VERDE-OLIVA ENTREVISTA
Vinda da Corte Portuguesa
para o Brasil



O EXÉRCITO BRASILEIRO ESTÁ NO AR

Verde
Oliva
FM

Música de qualidade
Informações precisas
Utilidade pública e variedades

Ouçã diariamente, a primeira
emissora do Sistema Verde-Oliva
de Rádio, operada desde junho de
2002 pelo Centro de Comunicação
Social do Exército.

www.verdeolivafm.exercito.gov.br

FALE CONOSCO!

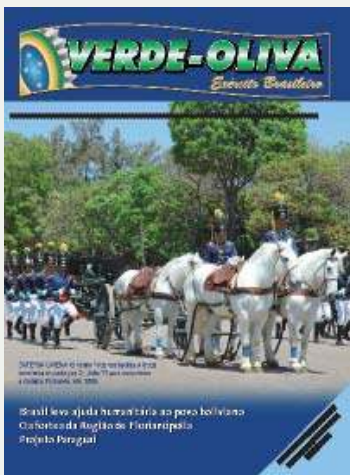
verdeolivafm@exercito.gov.br - 3415-4952 ou 3322-4326



EDITORIAL



VERDE-OLIVA – Ano XXXV – Nº 195 – JAN/FEV/MAR 2008



NOSSA CAPA

Imagem da Bateria Caiena

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEX)

- Chefe do CCOMSEX:
Gen Div Adhemar da Costa Machado Filho
- Subchefe do CCOMSEX:
Cel Cav Luiz Felipe Kraemer Carbonell
- Chefe de Produção e Divulgação:
Cel Eduardo Arnaud Cypriano

CONSELHO EDITORIAL

- Cel Inf José Carlos Sappi
- Cel Cav João Humberto Dalla Torre
- Cel R/1 Jefferson dos Santos Motta

SUPERVISÃO TÉCNICA

- Cel R/1 Jefferson dos Santos Motta

REDAÇÃO

- TC QMB QEMA Ivan Ferreira Neiva Filho
- Maj Art QEMA Ricardo Piai Carmona
- Cap QCO Regina Célia de Souza Lemos Barros
- ST Ernando Corrêa Pereira

PROJETO GRÁFICO

- 1º Ten QAO Osmar Leão Rodrigues
- 1º Ten OTT Aline Sanchotene Alves
- ST Pallemberg Pinto de Aquino
- SC Margonete Nazide Nogueira

COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército

IMPRESSÃO

GRÁFICA EDITORA PALLOTTI
Av. Plínio Brasil Milano, 2145 – Passo D'Areia
90520-003 – Porto Alegre-RS
Fone: (51) 3021-5001

TIRAGEM

30.000 exemplares • Circulação dirigida
(no País e no exterior)

FOTOGRAFIAS

Arquivo CCOMSEX

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria José dos Santos Oliveira – RP/DF/MS 3199

PERIODICIDADE

Trimestral

É permitida a reprodução de artigos, desde que citada a fonte, exceto das matérias que contiverem indicação em contrário.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel-General do Exército – Bloco B – Térreo
70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415-4399 • Fax: (61) 3415-5263
www.exercito.gov.br
verdeoliva@exercito.gov.br

C

aros leitores!

Inicia-se o ano de 2008 e a Revista Verde Oliva traz a seus leitores uma diversidade de matérias que mostram a magnitude das missões do nosso Exército, assim como assuntos culturais ligados à nossa história que procuram proporcionar-lhes uma leitura agradável e abrangente.

Em destaque, este número apresenta uma entrevista com o Coronel Manoel Soriano Neto, historiador militar e antigo chefe do Centro de Documentação do Exército, sobre a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, cujo bicentenário é comemorado neste ano de 2008. Esta matéria é uma excelente oportunidade para se analisar o fato histórico e sua relevância para o Brasil de hoje.

A história militar volta a se fazer presente em interessante artigo sobre as fortalezas da região de Florianópolis (SC), na página 26, em que são retratadas as origens e a evolução histórica de um dos mais complexos conjuntos defensivos construídos pelos portugueses ao longo de nossa costa. Nessa mesma região geográfica, mas distanciado por séculos, a engenharia militar novamente se faz presente na matéria da página 42, que mostra como o 10º Batalhão de Engenharia de Construção conduz as obras de melhoramentos de portos em Santa Catarina.

A maior riqueza de nossa força é o soldado que a compõe. Soldado que mostra superação e vence desafios, muitas vezes considerados intransponíveis. O depoimento do Capitão Leoni, gravemente ferido em missão no Haiti, e que vem recuperando os movimentos do braço que alguns médicos haviam condenado, é um profundo exemplo de superação e persistência. Confira sua história na página 20. Veja um outro exemplo de força de vontade e capacidade dos nossos militares, na página 41, com a equipe do Exército Brasileiro que venceu a prova da corrida de 10 milhas, conduzida pelo Exército dos Estados Unidos, em Washington.

Esse mesmo soldado tem que ser valorizado após a passagem para a inatividade. Na matéria da página 32, a Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas é apresentada, bem como suas atribuições na gestão de sistemas de grande interesse do nosso pessoal.

Nossas organizações militares se fazem presentes, demonstrando a diversidade das missões a elas atribuídas. As organizações militares responsáveis pela execução das honras de gala no Comando Militar do Planalto, uma das mais marcantes tradições do nosso Exército, estão retratadas no interessante artigo da página 12. O Tiro de Guerra 02/005, de Barretos - SP, mostra, na página 23, o apreço que recebe da sociedade local, na ocasião das comemorações de seus 90 anos. O Arsenal de Guerra de São Paulo, importantíssima Organização Militar técnica e logística que comemora 50 anos de criação, tem seus trabalhos mais relevantes divulgados na matéria da página 16. A busca pela excelência gerencial é um objetivo permanente da 24ª Circunscrição do Serviço Militar que descreve, na página 30, o esforço em prol dos ganhos em eficiência, eficácia e efetividade que a OM vem realizando, com muito sucesso.

Os desafios da logística militar no início do novo século são discutidos em interessante texto elaborado pela Diretoria de Transportes e Mobilização na página 9. Esse mesmo desafio é permanentemente enfrentado por nossas unidades logísticas, como a matéria sobre as inovações realizadas no Depósito Central de Munição, na página 38, demonstra.

A mão amiga do Exército Brasileiro se faz presente, também, junto aos nossos países vizinhos. Em um momento crítico, a Bolívia viveu uma crise humanitária, devido às enchentes que inundaram grande porção de seu território. A Aviação do Exército, logo após acionada, fez-se presente naquele país, prestando ajuda à população atingida pela catástrofe natural. Confira na página 24! Veja também, na página 35, como o 28º Batalhão Logístico, situado em Dourados - MS, está recuperando viaturas blindadas do Exército do Paraguai, em um gesto de amizade para com aquele país.

Finalmente, a busca pela operacionalidade de nossa força pode ser acompanhada por dois artigos que mostram como ela vem sendo perseguida em diferentes cenários: na página 46, o nosso leitor poderá conhecer a Seção de Instruções Especiais do Comando Militar do Nordeste, importante centro de adestramento de nossos soldados daquela área; e, na página 48, conhecerá a Operação Charrua, o maior exercício combinado realizado no ano de 2007 na América Latina, envolvendo, na Região Sul do Brasil, militares e meios da Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira.

Uma boa leitura da Revista Verde-Oliva de número 195 e até o próximo número!

Gen Div Adhemar da Costa Machado Filho
Chefe do CCOMSEX

SUMÁRIO



6

Verde-Oliva Entrevista - Cel R/I Manoel Soriano Neto

Os desafios da Logística no Século XXI - Diretoria de Transportes e Mobilização



9



12

Honras de Gala no Comando Militar do Planalto

Arsenal de Guerra de São Paulo



16



20

Um Exemplo de Superação - Capitão Nelson Dias Leoni

Tiro-de-Guerra 02/005 - "90 Anos"



23



24

Brasil leva ajuda humanitária ao povo boliviano

Os Fortes da Região de Florianópolis



26



30

Referência em Excelência Gerencial - 24ª Circunscrição do Serviço Militar

Diretoria de Cíveis, Inativos e Pensionistas



32



35

Projeto Paraguai - 28º Batalhão Logístico

Laboratório de Microcalorimetria do Depósito Central de Munição



38



41

Epopéia Verde-Oliva na Terra do Tio SAM

Exército realiza Obras em Portos Marítimos



42



46

Comando Militar do Nordeste - Seção de Instruções Especiais

Personagem da Nossa História - D. João VI



50



Espaço do Leitor

Incumbiu-me o Sr Chefe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) de parabenizar V Exa e todos os integrantes desse Centro pela última edição da revista Verde-Oliva, dedicada na íntegra ao tema "O Exército e o Meio Ambiente".

Uma vez mais, esse Órgão de Comunicação do Exército conseguiu motivar o público interno para ampliar e melhorar as práticas relativas à Gestão Ambiental, a qual permeia grande parte das atividades militares.

Este ODS continua à disposição desse Centro para apoiar com novas matérias, em futuras edições da revista, sobre o tema em questão".

General-de-Divisão Vitor Carulla Filho
Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção

Prezados Senhores,

Após minha saída do Serviço Militar, venho acompanhando constantemente a revista Verde-Oliva devido ao seu conteúdo e às informações disponibilizadas, mas confesso que estou surpreso com a qualidade das informações e toda arte gráfica da revista nº 194.

Desta forma, venho solicitar um exemplar com o propósito de repassar aos meus alunos e toda a sociedade do meu convívio tais informações.

Edivaldo Martins de Araújo
Engenheiro Ambiental

Primeiramente, gostaria de parabenizar a equipe de produção da revista Verde-Oliva, pelo seu magnífico trabalho que proporciona aos leitores a possibilidade de conhecer as atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro".

Tenho 18 anos e estou prestes a cumprir com o dever de cidadão brasileiro.

Willian Carrdozo Vieira
Jaguarão-RS

Não sou militar. Meu filho ganhou uma revista Verde-Oliva nº 194 e eu resolvi ler pela primeira vez. O artigo Meio Ambiente e Saúde (página 39) me deixou muito feliz em saber que vocês estão fazendo um trabalho, sem alarde, para toda população brasileira. Um trabalho sério, com dedicação, responsável e com amor.

Precisamos em nosso país, mais, mais e muito mais Unidades como a de vocês em todos os seguimentos desta Nação. Trabalho bonito! Mandem sempre a Verde-Oliva. Vou ler e "passar a frente" para pessoas como eu e outros aprenderem. Parabéns!

Antonio Carlos de Mello
Brasília - DF

Prezados Senhores,

É com muita satisfação e orgulho que acompanho o desenvolvimento tecnológico e social do nosso glorioso Exército Brasileiro, por meio da ímpar revista Verde-Oliva que um amigo, sargento de Exército, empresta-me eventualmente.

Gostaria, se possível, receber a Verde-Oliva que classifico como "A Grande Enciclopédia do nosso Glorioso Exército Brasileiro.

Renato José Soika
Curitiba - PR

Prezado General Adhemar,

Parabéns pelo último exemplar da revista Verde-Oliva! Eu a li com grande prazer.
Cordialmente.

Roberto Duailibi
Empresário - Agência DPZ

Acusamos o recebimento do exemplar da revista Verde-Oliva Nº 193, pela qual agradecemos e parabenizamos toda a equipe pelo excelente trabalho.

José Rubens de Freitas Goulart
Comandante Geral da Polícia Militar de Alagoas

Incentivados pela sincera opinião e inteligente participação de nossas leitoras no ano que passou, esperamos, em 2008, que as informações sobre a Força Terrestre continuem chegando a todos de uma forma clara, agradável e oportuna.



VERDE-OLIVA

ENTREVISTA

Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil

Coronel R/I **Manoel Soriano Neto**

O Exército Brasileiro e a sociedade comemoram, neste ano, os 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil, ocorrida em 1808. O bicentenário da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil é um orgulho para todos os brasileiros.

A vinda da Família Real gerou grandes transformações na estrutura social, política, econômica, militar e cultural do Brasil. Os feitos de Dom João VI foram essenciais para a estruturação das forças militares em nosso País, mantendo, assim, a união e a soberania de nossa imensa Nação.

O CCOMSEx convidou o Coronel R/I **Manoel Soriano Neto**, historiador militar e ex-Chefe do Centro de Documentação do Exército, para emitir a sua opinião nas perguntas formuladas pela equipe da Revista Verde-Oliva.

VO - Qual é, a seu ver, a importância histórica das comemorações do bicentenário da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil?

Cel Soriano - Comemorações nos trazem à memória fatos históricos superlativos ou simples episódios da vida, que têm valor individual ou coletivo. E celebrar o que é precioso nos leva a pensar e a refletir. Assim, as comemorações do bicentenário da chegada de D. João e sua Corte ao Brasil dão ensejo à relembração de notáveis marcos de nossa História, dos quais devemos sempre nos orgulhar. Entretanto, tais celebrações seriam de acanhada dimensão se não reavaliarmos a augusta figura do 27º Rei de Portugal, fazendo-lhe a merecida e imprescindível justiça. Eis a importância maior dos festejos do presente ano.

VO - E por que D. João VI, em seu entender, é tão injustiçado?

Cel Soriano - Infelizmente, de forma leviana, são emitidos juízos desairosos acerca da pessoa de D. João VI, não condizentes com a veracidade histórica e com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, em tempos de paz e de guerra. A nossa historiografia, com raras exceções,



Embarque da família real portuguesa para o Brasil, a 27 de novembro de 1807

denigre esse personagem exponencial da História brasileira e portuguesa, tratando-o debochadamente, sem levar em conta a justiça e a verdade. O historiador não pode ser motivado por caprichos, simpatias ou antipatias: ele deve primar pela neutralidade, ser isento, fidedigno, amoral (no sentido sociológico), imparcial, enfim. Desafortunadamente, não é isso o que se observa em nosso País. Vários historiadores e jornalistas vêm procedendo, com finalidades ideológicas, a um revisionismo da história-pátria — o que seria salutar, se praticado com isenção. Esses revisionistas ocupam-se, de maneira irresponsável e inconsequente,

em reescrever e manipular a História, sob um viés reducionista, ou apenas materialista, numa verdadeira inversão de valores.

Destarte, as comemorações dos duzentos anos da vinda da Corte lusitana para o Brasil afiguram-se como uma oportunidade ímpar de reabilitação da imagem de um Rei injustiçado. Ele, normalmente, é visto de forma folclórica, como um homem fraco, vacilante, glutão, despreparado, de poucos dotes intelectuais, que abandonou Portugal, à sanha de invasores, fugindo para o Brasil, onde passou a ter uma vida descansada, totalmente alheio ao múnus de Monarca de um vasto

Império. Tal versão, porém, não resiste a uma percuciente análise histórica.

VO - O Sr acha, então, que D. João VI foi um Estadista?

Cel Soriano - Não tenho dúvidas quanto a isso. D. **João** não era o bobo que mal-intencionados (cujo perfil traçamos, de escantilhão, na resposta anterior) insistem em propalar, como no filme "Carlota Joaquina, Princesa do Brasil". Longe de querermos fazer do Rei um grande herói, de coragem, intrepidez e caráter adamantino, ou uma pessoa de aguda inteligência, é inconcebível que o aceitemos da forma grotesca, como "malditos-sejam" o retratam. Ele possuía uma mente assaz lúcida e, o principal, era senhor de excepcional visão prospectiva, digna dos melhores Estadistas. E sabia, com coragem e determinação, tomar decisões.

VO - E como o Sr interpreta a decisão de abandonar Portugal, que é tida, por muitos, como uma covardia de D. João?

Cel Soriano - Passados duzentos anos, a interpretação do fato se torna muito mais fácil. Quando **Napoleão Bonaparte** decretou o bloqueio continental, Portugal, aliado da Inglaterra, não dispunha de meios suficientes para enfrentar o poderio bélico francês. D. **João** seria feito prisioneiro pelas tropas franco-espanholas e perderia o Trono, como ocorrera com o seu cunhado, **Fernando VII**, príncipe de Espanha. Então, para preservar a Coroa, a dinastia dos Bragança e o próprio reino português, o Príncipe Regente decidiu não se submeter à invasão do General **Junot**, embarcando para o Brasil, a sua principal Colônia. O Oceano Atlântico, dominado pela Marinha inglesa, seria a natural proteção da Corte em terras brasileiras. Os portugueses permaneceriam resistindo, junto com o Exército inglês, até a retirada dos invasores. **Napoleão** diria, depois, que fôra enganado por D. **João**. Portanto, a transmigração da

Corte lusitana foi uma alternativa bastante lógica para a sobrevivência de Portugal. Ademais, tal alternativa, longe de ter sido uma fuga covarde, como se apregoa, alhures, foi preparada com bastante antecedência, sem improvisação. Grandes vultos da história lusa, como o **Marquês de Pombal** e o Conde de **Linhares**, a haviam

"Longe de querermos fazer do Rei, um grande herói, de coragem, intrepidez e caráter adamantino, ou uma pessoa de aguda inteligência, é inconcebível, que o aceitemos da forma grotesca, como "malditos-sejam" o retratam. Ele possuía uma mente assaz lúcida e, o principal, era senhor de excepcional visão prospectiva, digna dos melhores Estadistas. E sabia, com coragem e determinação, tomar decisões".

aconselhado (diga-se que ela foi vaticinada pelo Padre **Antônio Vieira**), caso Portugal, um País pequeno e pouco populoso, fosse ameaçado em sua integridade territorial. Lorde **Strangford**, à época embaixador inglês em Portugal, nos dá conta de um acordo secreto, celebrado com a Inglaterra, que previa a fundação de um Reino no Brasil, com a anexação da Cisplatina (diga-se que tal viria a acontecer, além da invasão da Guiana Francesa). Convém lembrar, finalmente, que uma trasladação do porte da ocorrida não se faz de afogadilho. Aproxima-

damente 15.000 pessoas embarcaram em 36 naus e fragatas, com valiosíssimo acervo, preciosos bens públicos e privados, suprimentos de toda ordem etc. Não houve, pois, uma deserção e, sim, uma magistral manobra geopolítica, muito bem planejada.

VO - Quais os principais atos de D. João na esfera da administração civil que trouxeram benefícios para o nosso País?

Cel Soriano - O notável historiador **Pedro Calmon** afirmou que "não se mudara apenas a Corte, mas o Estado" após a vinda de D. **João**. E as providências tomadas para que a organização político-administrativa funcionasse a contento foram inúmeras e redundaram em incalculáveis benefícios para o Brasil, a ponto de a Colônia ultrapassar a Metrópole e, anos depois, proclamar a Independência. Isso é assinalado por historiadores e cientistas sociais de nomeada. O ilustre ensaísta **Sílvio Romero** disse que o período joanino, de treze anos, ensejou a "reversão brasileira", ou seja, "Portugal passou a ser colônia da Colônia"... Dentre tantas, eis algumas dessas providências, julgadas de suma importância: 1) a "Abertura dos Portos", proporcionando o livre comércio com as nações amigas, concomitantemente com o alvará que permitiu a liberdade de indústria no Brasil, além da posterior elevação da Colônia — um Vice-Reinado — a "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves"; 2) a implantação da Imprensa Régia, fazendo surgir os primeiros periódicos brasileiros; 3) a criação do Conselho de Estado, do Banco do Brasil, da Casa da Moeda, da Biblioteca Real, do Museu Real etc; 4) o início das atividades das indústrias naval (em especial para fins militares), no Rio de Janeiro e na Bahia, e siderúrgica, com fábricas em Minas Gerais e São Paulo, a par da instalação das Juntas de Comércio e de Agricultura, Fábricas e Navegação; 5) a fundação da Escola

Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes; da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil; de duas Escolas de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, quebrando-se a proibição da existência de ensino superior no Brasil; 6) a contratação de uma Missão Francesa e de outras, de cunho científico e artístico, integradas por nomes consagrados como os naturalistas **von Spix**, **von Martius** e **Langsdorf**, o geólogo **von Eschwege**, o escritor Lebreton, o arquiteto **Montigny**, os pintores **Debret**, **Rugendas** e **Saint Hilaire**, e tantos outros; 7) a criação do Horto Real, hoje Jardim Botânico, para a aclimação de cana-caiana, café, chá e outras plantas, entre elas mudas de "palmeira imperial", trazidas por D. **João**, tudo propiciando grande incentivo à agricultura (aduza-se, por ilustração, que, após a conquista da Guiana Francesa, de lá vieram árvores frutíferas, aqui desconhecidas, como o abacateiro, a mangueira, a fruta-pão, a moscadeira, a nogueira, a canforeira, o cravo-da-índia e outras).

VO - E na área militar, o que de importante ocorreu?

Cel Soriano - D. **João**, ao chegar ao Brasil, já sabia da fragilidade militar da Colônia, tanto que trouxe a Brigada Real da Marinha, elemento formador do futuro Corpo de Fuzileiros Navais. O Príncipe sentiu a necessidade de fortalecer militarmente o Vice-Reino. E, para isso, tomou uma série de medidas. De início, em 10 de março de 1808, criou os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (separados pelo Decreto de 22 de abril de 1821) e o da Marinha e Ultramar, entregues, respectivamente, aos Condes de Linhares e de Anadia; instalou a Academia de Marinha; reapelehou os arsenais e fortalezas; criou as Fábricas de Pólvora e de Armas e instituiu o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Em 1810, foi criada a Academia Real Militar, inaugurada em

23 de abril de 1811, na famosa "Casa do Trem", tendo como primeiro Comandante o Tenente-General **Carlos Napion**, posteriormente alçado pelo Exército à honrificação de Patrono do Quadro de Material Bélico. E mais: foi organizado o Real Arquivo Militar (atualmente, Arquivo Histórico do Exército) e foram criados o Arsenal Real (atual "Arsenal de Guerra D. João VI"), a Repartição do Cirurgião-Mor (que deu origem à Diretoria de Saúde do Exército) e o Hospital Real Militar (hoje, Hospital Central do Exército), no qual foram instaladas a Botica Real Militar (atual Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército) e uma Escola Médica. Registre-se, por relevante, que o ensino médico e farmacêutico e a indústria farmacêutica, no Brasil, originaram-se dessas beneméritas Organizações Militares.

As Forças Terrestres Brasileiras (FTB) eram constituídas por tropas de 1ª, 2ª e 3ª Linhas. As de 1ª Linha eram as permanentes, integradas por portugueses e brasileiros; as de 2ª e 3ª Linhas denominavam-se "Milícias" e "Ordenanças", respectivamente, e eram compostas, em sua quase totalidade, por brasileiros. D. João extinguiu as "Ordenanças" e reorganizou as outras tropas, proporcionando-lhes melhores equipamentos e instrução, inclusive estabelecendo uniformes padronizados para elas, contando, para tal, com o inextinguível labor de seu primeiro Ministro da Guerra, o Conde de Linhares (o venerando nome desse Ministro é a denominação histórica do Museu Militar de São Cristóvão, no Rio de Janeiro); determinou a vinda da Divisão de Voluntários Reais e, outrossim, criou a "Divisão Auxiliado-

ra", empregando-as na Cisplatina e para debelar a Revolução Pernambucana de 1817. Na reorganização empreendida, foram criadas, extintas e transformadas várias Organizações Militares em todo o País, ressaltando-se a criação, em 13 de maio de 1808, data natalícia de D. João, do 1º Regimento de Cavalaria (hoje, 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – "Dragões da Independência"), por transformação do Esquadrão que compunha a Guarda Real do Príncipe. Por final, consigne-se, com muito orgulho: essas FTB (cujas raízes se encontram fincadas nos montes Guararapes!), quando convocadas pelo Príncipe D. **Pedro**, foram as principais protagonistas de nossa emancipação política, em 1822.

VO - O Sr gostaria de acrescentar algo mais a respeito do assunto?

Cel Soriano - Sim. Impende lembrar, por derradeiro, que o maior legado do período joanino foi a garantia de nossa unidade territorial e lingüística e a consolidação da nacionalidade brasileira, que é de extração, frise-se, essencialmente lusitana. Ela não provém das tabas indígenas, nem das cubatas africanas ou de outras etnias, que, inegavelmente, também contribuíram para tal. Somos, sim, fruto do "lusotropicalismo", na afirmação do saudoso **Gilberto Freyre** e, no dizer dele mesmo, "o Exército é a mais lídima e representativa das Instituições Nacionais: é o verdadeiro índice do povo brasileiro". É disto que devemos nos recordar, com ufanía, nas celebrações do bicentenário da vinda para o Brasil da Corte de D. João, um dos pró-homens de nossa História. —

Cel R/I **Manoel Soriano Neto**, historiador militar, ex-Chefe do Centro de Documentação do Exército.



Os desafios da Logística no SÉCULO XXI



Diretoria de Transportes e Mobilização

A mobilização e a logística são atividades básicas do homem desde que o *homo sapiens*, em sua luta pela sobrevivência, mobilizou pessoas e armas visando a melhorar suas condições de caça e defesa. Ao longo da História, aquelas atividades foram desenvolvidas na área bélica. Na Era Napoleônica, a logística recebeu o tratamento de Ciência da Guerra e, em meados do Século XX, foi realizada a maior operação logística e de mobilização da História da humanidade no Desembarque da Normandia, ponto de inflexão para a vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra.

No século XXI, as novas tecnologias transformam o mundo em grande rede, gerando necessidades supridas por meio das atividades de logística e de mobilização. Tal fato fez com que essas ações crescessem de importância para todos os setores da sociedade e não mais fossem consideradas ciências exclusivamente bélicas.

HISTÓRICO

Após as Guerras Mundiais, o Exército Brasileiro desenvolveu diversas doutrinas, em particular depois da participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Grande Guerra. As dificuldades na logística e na mobilização vivenciadas nesse conflito contribuíram para a criação, em 1947, no Departamento de Provisão Geral (DPG), do Estágio de Transporte, que visava a qualificar oficiais do Exército encarregados das movimentações de bens e serviços na Força Terrestre (FT). Em 1971, o Estágio de Transporte passou a ser conduzido pela Diretoria de Transporte do Departamento-Geral de Serviços (DGS). Com a reestruturação da Força no ano de 2000, foi criado o Departamento Logístico (D Log) e a Diretoria de Transporte passou a gerenciar a atividade de Mobilização, recebendo a denominação de Diretoria de Transporte e Mobilização (D T Mob).

O Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro (PEG/EB), ferramenta de transformação da gestão para o novo milênio, identificou o Estágio de Transporte como uma excelente oportunidade de valorização e capacitação de recursos humanos. Em 2003, o Estágio, com o nome de Gerência Executiva de Transporte e Mobilização (GETRAM), foi transformado em curso de pós-graduação *lato sensu* reconhecido

pelo Ministério da Educação e Cultura. E, em 2005, foi criado o Curso de Agente de Transporte e Mobilização (CATRAM), voltado para os subtenentes e sargentos.

Os cursos GETRAM/CATRAM foram viabilizados por meio de convênio firmado entre o Exército Brasileiro, representado pela D T Mob, e a Câmara Interamericana de Transportes. A iniciativa possibilitou a ampliação das vagas de modo a atender aos militares das outras Forças e aos civis, propiciando integração entre esses públicos.

Uma das atividades dos cursos foi a realização anual do Simpósio de Transporte e Mobilização, objetivando consolidar conhecimentos e debater temas afetos aos problemas nacionais ligados à área estudada. No ano de 2007, o V Simpósio de Transporte e Mobilização abordou o tema "Os desafios da logística no século XXI".

Com a determinação do D Log de criar um estágio que englobe, além de Transporte, as atividades de Suprimento e Manutenção, hoje os cursos de GETRAM e CATRAM encontram-se extintos.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

O Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE) é um sistema integrante, no campo da Defesa Nacional, do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL), por sua vez componente do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

No âmbito do Exército Brasileiro, o SIMOBE é considerado um dos Sistemas de Atividades que buscam, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, integrar processos, metodologias, procedimentos, rotinas e técnicas destinados à produção de conhecimentos com qualidade e oportunidade necessárias ao gerenciamento eficiente, eficaz e efetivo de todas as atividades relativas à mobilização militar terrestre, assim como as de desmobilização. Nesse sentido, o sistema atua diretamente no atendimento às carências de mobilização da Força Terrestre e, indiretamente, contribui para ativar os setores de interesse do preparo e emprego da Força Terrestre em face das Hipóteses de Emprego (HE) formuladas.

O SIMOBE está estruturado em dois sistemas:

- o Sistema de Mobilização de Recursos Humanos (S Mob R H), que tem a 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) como

órgão orientador, supervisor, coordenador e controlador, no âmbito de direção geral; e o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) como órgão central, com a competência de gerir as atividades de mobilização e de desmobilização no campo dos recursos humanos; e

- o Sistema de Mobilização de Recursos Logísticos (S Mob R L), que tem a 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) como órgão orientador, supervisor, coordenador e controlador, no âmbito de direção geral, e o Departamento Logístico (D Log) como órgão central, com a competência de gerir as atividades de mobilização e de desmobilização dos bens e serviços nos campos do material, transportes, serviços e instalações, telecomunicações, indústrias, recursos financeiros e ciência e tecnologia. Na gestão das atividades de mobilização e desmobilização dos bens e serviços, nos campos dos transportes, de ciência e tecnologia e de recursos financeiros, o D Log é assessorado pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC), pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e pela Secretaria de Economia e Finanças (SEF), respectivamente.

INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

Nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, identificam-se desafios, gerados pelos baixos níveis de investimento na área, a serem superados para viabilizar a demanda do País. Nas rodovias constata-se: níveis insuficientes de recursos para conservação e manutenção; aumento do número de acidentes; perdas energéticas e econômicas; déficit de capacidade de transporte em regiões desenvolvidas; inadequação de cobertura e de extensão em regiões em desenvolvimento e de fronteira agrícola; e conflitos gerados pelo tráfego de passagem em áreas urbanas. Nas ferrovias observam-se: invasões de faixa de domínio em áreas urbanas e em acessos aos portos; quantidade excessiva de passagens de nível; redução da velocidade operacional; risco potencial de acidentes; falta de contornos em áreas urbanas; insuficiente integração operacional entre concessionários e deficiências de extensão e de cobertura. Nas hidroviárias apontam-se: restrições de calado (distância da quilha do navio à linha de flutuação); deficiências de sinalização e de balizamento; e restrições à navegação pela inexistência de eclusas (cada dique de uma série em um trecho de rio ou canal).

A elaboração do Plano Nacional de Logística pelo CENTRAN, aliada aos investimentos privados realizados pelas concessionárias e ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal,

visa a amenizar os gargalos logísticos existentes. Nesta conjuntura, cabe ao Exército Brasileiro, por intermédio da Engenharia Militar, papel singular nas soluções desse problema nacional.

AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DO BRASIL

A participação do Exército Brasileiro na melhoria da infra-estrutura nacional remonta ao Século XIX, quando, por força da Lei nº 2.922, de 21 de setembro de 1880, a Engenharia Militar iniciou seu emprego na construção de estradas de ferro, de linhas telegráficas estratégicas e em outros trabalhos de engenharia pertencentes ao Estado. Na época, o objetivo do Governo era acelerar o desenvolvimento econômico da Região Sul do País e, para isso, foram criados Batalhões de Engenharia com a missão específica de construir ferrovias e rodovias naquela Região. As leis complementares nº 97, de 09 de junho de 1999; e nº 117, de 02 de setembro de 2004, incluíram a cooperação com o desenvolvimento nacional, com a defesa civil, com órgãos públicos e empresas e com a execução de obras e serviços de engenharia.

A participação da Engenharia do Exército na construção, manutenção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, proporciona grandes benefícios para o Brasil, tais como: disponibilidade de estrutura federal, com maquinário e pessoal, para atuar na área de construção pesada a qualquer momento e em qualquer local do território nacional; apoio às comunidades locais; inclusão social com a inserção do reservista qualificado no mercado de trabalho; capacitação de recursos humanos; e projeção do Brasil no cenário internacional com o emprego de tropas de engenharia em missões de Força de Paz.

"A Engenharia de Construção não apenas participa, mas modifica o curso da história da região onde honesta, sofrida e bravamente assina o nome do Exército Brasileiro nas obras que realiza."

(Gen Rodrigo Octávio)

ATIVIDADES LOGÍSTICAS NAS FORÇAS ARMADAS

O emprego do conceito de logística surgiu no Século XVIII, no livro do estrategista militar **Antoine Henri Jomini**. Segundo ele, "a Logística é tudo ou quase tudo no campo das atividades militares, exceto o combate".

Após anos de evolução, a logística militar, hoje, consiste no conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão de recur-



Embarque rodoviário



Embarque marítimo



Embarque aéreo

dos humanos, materiais e animais, quando aplicável, e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas. Dessa forma, engloba Recursos Humanos, Saúde, Suprimento, Manutenção, Transporte, Engenharia e Salvamento.

O gerenciamento e o apoio logístico são inerentes de cada Força, devido às peculiaridades do emprego de cada uma delas. O Manual de Logística para Operações Combinadas (MD34-M-01), aprovado pelo Ministério da Defesa (MD), apresenta as responsabilidades e as competências do Ministério da Defesa, do Comando Combinado e de cada Força referentes ao apoio logístico a essas operações. Contudo, a estrutura logística existente desde o tempo de paz deverá servir de base para a estrutura militar de guerra.

ATIVIDADES LOGÍSTICAS EM OPERAÇÕES MILITARES NO EXTERIOR

A Estação de Apoio Antártico (ESANTAR), criada em 1982, tem como objetivo prestar apoio logístico às expedições brasileiras do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) por meio de convênio firmado entre a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

Algumas das atribuições da ESANTAR são a guarda, a manutenção, a distribuição e o controle de materiais enviados para a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) ou que de lá retornam e os mesmos cuidados com as vestimentas de frio e equipamentos especiais utilizados pelos passageiros e tripulantes do navio e das aeronaves.

Toda Operação Antártica (OPERANTAR) dura 12 meses, iniciando em novembro com a saída do Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" do Rio de Janeiro. A OPERANTAR inclui, também, seis vôos de apoio realizados em aeronaves C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB). A ESANTAR já atendeu, desde o início das operações, mais de 6.500 pessoas, entre cientistas, alpinistas, tripulações de navios e aeronaves, grupos de manutenção e visitantes.

RESGATE DE BRASILEIRO NO EXTERIOR

Existem, aproximadamente, quatro milhões de brasileiros que vivem no exterior. Com isso, em qualquer situação de conflito e em qualquer parte do mundo haverá, provavelmente, brasileiros sob ameaça. A legislação brasileira não prevê dispositivo que obrigue o Estado a resgatar cidadãos em perigo no exterior, mas, na prática, pelo menos desde a tomada de Manágua pelos Sandinistas em 1979, o Governo busca evacuar seus nacionais de

locais de conflito ou de catástrofes naturais.

As crises que exijam o resgate de brasileiros não podem ser vistas como algo apenas da órbita militar. O envolvimento de diversos setores da sociedade é essencial para o sucesso da operação, pois o apoio logístico depende de diversos fatores. Ele influencia na definição das rotas, nas disponibilidades dos equipamentos, nas autorizações de sobrevôo em espaço aéreo de outras nações, na coordenação com possíveis pontos de apoios (embaixadas, aditâncias, empresas que operam na localidade) etc.

A última experiência foi vivenciada no ano 2006, com o resgate de nacionais no Oriente Médio realizado pela Força Aérea Brasileira.

MISSÃO DE PAZ NO HAITI – MINUSTAH

A participação brasileira em missões de paz está baseada nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal e só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito.

A experiência da MINUSTAH apresenta grande ensinamento para toda humanidade, pois a primeira e importante constatação foi que o Haiti não é exclusivamente um problema militar, embora tenha sido tratado dessa maneira. O país padece mais de problemas sociais, ecológicos e políticos do que, propriamente, militares. O problema passa a ser militar na medida que uma Força de Paz lhe é vital, mas não é um país onde a ação militar, por si só, poderia resolver todos os conflitos.

Dessa forma, apoio logístico, na plenitude de suas funções, é fator decisivo e o diferencial dessa missão de paz. Hoje, os aspectos marcantes da vida daquele país reforçam a afirmação de que se trata de um problema multifacetado como, por exemplo, as construções inacabadas e o lixo que foram presenças constantes na paisagem do Haiti. Porém não fazem mais parte do dia-a-dia do haitiano, devido à ação eficaz dos representantes das Forças Armadas naquela nação. ➡

**"Operação de paz não é uma tarefa para soldados
... ..mas apenas soldados podem fazê-la"**

(Dag Hammarskjöld - Suécia) Sec Geral da ONU 53/61



Operação de Portos



Demonstração de embarque ferroviário de viatura



Sala de aula do GETRAM

É com esse espírito entusiasta, presteza e marcialidade que o Comando Militar do Planalto (CMP), sediado no Distrito Federal, realiza os cerimoniais de honras de gala em deferência às altas autoridades civis e militares, nacionais e estrangeiras, em sua área de comando.

As honras de gala do CMP, que estão divididas em guarda de honra, escolta de honra e salvas de gala, são executadas normalmente pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (1º RCGd), pelo Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), pela Bateria Caiena do 32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC), pelo Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB) e pelo 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (3º Esqd C Mec).

A guarda de honra é a tropa armada especialmente postada para prestar homenagem às autoridades e é executada, habitualmente, pelos BGP e

1º RCGd. A escolta de honra é a tropa a cavalo, blindada, mecanizada, motorizada ou de motocicleta que acompanha a alta autoridade e é realizada pelo 1º RCGd, BGP, BPE e 3º Esqd C Mec; sendo que a motorizada pode ser realizada por qualquer Organização Militar. A Bateria Caiena do 32º GAC é responsável pelas salvas de gala, que são a execução de tiros de salva por peças de artilharia, a intervalos regulares, complementando as honras de gala prestadas pela tropa.

Vamos conhecer agora um pouco mais da história e da tradição dessas Organizações Militares.

1º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA

Em 1808, a sede do governo português foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro. O Príncipe Regente **D. João**, convencido de que não se podia ter um Exército forte sem uma potente cavalaria, resolveu criar, em 13 de maio de 1808, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército.

O Regimento esteve presente no "Grito do Ipiranga", em 7 de setembro de 1822, por intermédio de elementos do então 1º Regimento de Cavalaria do Rio de Janeiro, a Guarda de Honra do Príncipe D. **Pedro**. Em 1º de

"Escolta de honra, pronta!",
"Guarda de honra, pronta!",
"Linha de fogo, pronta!".

HONRAS DE GALA no



1º Regimento de Cavalaria de Guardas



Batalhão da Guarda Presidencial

dezembro de 1822, **D. Pedro I** criou a célebre Imperial Guarda de Honra, uma guarda pessoal composta por militares de escolta.

Em 1830, foram extintos o 1º Regimento de Cavalaria do Rio de Janeiro e o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, surgindo, com o pessoal e material dessas unidades, o 1º Corpo de Cavalaria do Exército, sediado em Vila Rica, atual Ouro Preto (MG). Em 22 de junho de 1833, passou esse Corpo a chamar-se 1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha. No dia 4 de junho de 1834, o 1º Regimento de Linha voltou a ter sua sede no Rio de Janeiro.

O título "Dragões da Independência" reúne a tradição da Independência e a própria origem da atual formação do Regimento. Os integrantes da Imperial Guarda de Honra usavam, na parte de cima de seus capacetes, o dragão heráldico das Casas Duais de Bragança. Os Dragões simbolizavam fidelidade a um príncipe daquela dinastia.

O uniforme histórico dos "Dragões da Independência" foi concebido pelo pintor francês **Jean Baptiste Debret**, em uma homenagem à então Imperatriz **Maria Leopoldina**, Arquiduquesa d'Áustria, buscando inspiração nos Dragões daquele Império. O uniforme foi utili-

zado oficialmente no desfile de 7 setembro de 1927.

Os "Dragões" são os primeiros brasileiros livres do jugo da coroa Portuguesa. O 1º Regimento teve participação efetiva na memorável jornada de 15 de novembro de 1889, quando o Marechal **Deodoro da Fonseca**, montando o cavalo baio nº 6, proclamou a República. Por este motivo, a montada do Comandante do Regimento, tradicionalmente, é, e sempre será, um cavalo baio de número 6.

No dia 16 de novembro de 1967, os "Dragões" despediram-se oficialmente do velho casarão de São Cristóvão-RJ. A primeira subunidade a alojar-se na Capital Federal foi o 3º Esquadrão de Fuzileiros. No dia 29 de dezembro de 1968, os "Dragões da Independência", sob o comando do então Coronel **João Baptista de Oliveira Figueiredo**, instalaram-se definitivamente em Brasília.

Nos tempos de paz atuais, os "Dragões" continuam cumprindo, honradamente, suas missões, entre elas, as Honras de Gala no Comando Militar do Planalto.

BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL

D. Pedro I, com intuito de proporcionar meios de tornar a Província da Bahia livre de opressão das tropas

Comando Militar do Planalto



Presidencial



Salva de Gala

lusitanas que se opunham à Independência do Brasil, decretou, em 18 de janeiro de 1823, a criação de um Batalhão de Caçadores denominado Batalhão do Imperador.

No mesmo ano, o Batalhão partiu com destino à Bahia, e participou ativamente dos combates de Engenho Conceição, Campina e Salvador. Em 1825, seguiu para Montevidéu, atuando na Colônia do Sacramento, onde participou da campanha da Cisplatina, mantendo bem altas as tradições que o acompanhavam desde sua criação.

O Batalhão do Imperador foi extinto logo após a abdicação de D. Pedro I, pois não constava do decreto da Regência Provisória que dispunha sobre a organização das tropas de 1ª Linha do Império.

Em 7 de abril de 1933, foi criado o Batalhão de Guardas (BG) e, em 20 de julho, organizado e instalado no Rio de Janeiro, tendo como missão específica guardar o Palácio do Governo.

O uniforme especial do Batalhão de Guardas para formaturas solenes e dias festivos deveria recordar as tradições da Infantaria Brasileira, tendo em seu decreto duas versões: uniforme de gala para inverno (azul) e uniforme de gala para verão (originalmente branco, atualmente bege). Aqueles que envergam os uniformes históricos do BGP são denominados granadeiros, legítimos herdeiros das tradições do Batalhão do Imperador e do Duque de Caxias, seu primeiro porta-estandarte.

O Batalhão de Guardas, em 6 de abril de 1960, mudou-se para a Capital Federal e passou a denominar-se

Batalhão da Guarda Presidencial (BGP). Em Brasília, o BGP continua a cumprir, com dedicação, eficiência e exemplo, suas gloriosas tradições.

BATERIA CAIENA / 32º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Em 10 de junho de 1808, D. João declarou guerra à França e determinou a ocupação da Guiana Francesa por uma bateria de 470 soldados brasileiros. Em 12 de janeiro de 1809, a capital foi conquistada. Desde então, esse corpo de artilharia ficou conhecido como Bateria Caiena.

A Guiana ficou em posse de Portugal até 1817, sob o governo do desembargador brasileiro **João Severino Maciel da Costa**, que repassou, mais tarde, ao Visconde e Marquês de Queluz.

Quando o Brasil se elevou à categoria de Reino Unido, o sistema militar ganhou autonomia em relação à Portugal com a criação do Ministério de Guerra, passando a centralizar todas as forças militares de terra.

O Exército Brasileiro nomeia algumas Organizações Militares em homenagem aos personagens e feitos de sua história. A denominação de Bateria Caiena pertence ao 32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC).

Em 1997, o segmento hipomóvel da Artilharia de Campanha foi reativado e incorporado à Bateria. Para as atividades de cerimonial militar, tradição confiada à



Foto: Sgt. Rodrigo/ Sd Inácio



Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB)

atual Bateria Caiena, o uniforme utilizado é o da Artilharia do Exército Imperial.

BAATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA

Na Guerra da Tríplice Aliança, o Duque de **Caxias** designou um de seus batalhões para ser empregado como polícia do acampamento. Durante a Segunda Guerra Mundial, no teatro de operações na Itália, o Marechal **Zenóbio da Costa** criou a Polícia do Exército para, em nome do Comandante da Força Expedicionária Brasileira, exercer a proteção e o controle da área de retaguarda. A partir daí, Batalhões de Polícia foram criados nas sedes dos comandos militares de área.

A Companhia de Polícia da 11ª Região Militar foi criada em 13 de maio de 1960, e seus integrantes foram os pioneiros da 6ª Companhia de Guardas. Em 1961, foi criado o Batalhão de Polícia do Exército da Guarda Presidencial.

Em 21 de dezembro de 1962, surgiu o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB), que veio a receber, em 1974, em homenagem a Capital Federal, a denominação histórica de "Batalhão Brasília".

Em 2004, o "Batalhão Brasília" participou da primeira missão do Brasil no Timor Leste, cumprindo missões de policiamento de trânsito e de pessoas, de investigação e de perícia, de segurança de autoridades e de escolta.

3ºESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADA

Em 1963, com pessoal e material originários do então Regimento de Reconhecimento Mecanizado da antiga Divisão Blindada do Estado da Guanabara, surgiu o 1º Esquadrão Independente de Reconhecimento Mecanizado (1º Esqd Ind Rec Mec).

Em 10 de agosto de 1963, seu núcleo chegou a Brasília, ficando adido à então 11ª Companhia de Polícia do Exército. Em 1964, transferiu-se para o aquartelamento do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCGd), para o processo de ativação de suas subunidades, e foi incorporado ao Regimento como 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (1º Esq Rec Mec). Em 1968, ocupou suas atuais instalações com o nome de 11º Esqd Rec Mec, que foi alterado, posteriormente, para 11º Esqd C Mec. Em 28 de junho de 1978, finalmente, teve sua designação alterada para 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (3º Esqd C Mec).

Por seu valor profissional e pelo bom cumprimento de suas missões, um pelotão de reconhecimento do 3º Esqd C Mec foi solicitado para participar da Força de Paz em Angola na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA). —



Música de qualidade
Informações precisas
Utilidade pública e variedades

www.verdeolivafm.exercito.gov.br
FALE CONOSCO!

verdeolivafm@exercito.gov.br - 3415-4952 ou 3322-4326





ARSENAL DE GUERRA DE SÃO PAULO



Criado em 21 de maio de 1957, por meio do Decreto Presidencial nº 41.545, o Arsenal de Guerra de São Paulo é uma Organização Militar encarregada da fabricação, manutenção e revitalização de Material de Emprego Militar (MEM).

A criação de um Arsenal de Guerra em São Paulo acompanhou o esforço nacional pela crescente industrialização proporcionada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Sua localização na recém-emancipada cidade de Barueri (SP) marcou o pioneirismo da Força Terrestre, alavancando o progresso em uma região que, décadas mais tarde, tornar-se-ia um importante pólo técnico, comercial e industrial.

Às margens da rodovia Presidente **Castello Branco**, o Arsenal de Guerra de São Paulo tem, na sua localização, uma importante peça estratégica do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Mais novo dos arsenais do Exército Brasileiro, o AGSP

começou suas atividades produzindo os canhões sem recuo de 57 e 106 mm, de projetos norte-americanos.

Após a conclusão dos trabalhos de produção do armamento sem recuo, coube às oficinas do AGSP participar ativamente da fabricação dos canhões de 90 mm das Viaturas Blindadas de Reconhecimento (VBR) EE-9 Cascavel, produzidas pela empresa ENGESA, grande sucesso de vendas da indústria bélica nacional. As seções de fabricação do Arsenal eram as responsáveis pelo torneamento e raizamento do tubo, além de outros processos correlatos de manufatura. Devido às características inerentes da fabricação de armamento pesado, tais como longos percursos de corte e rigorosas tolerâncias geométricas e dimensionais, era necessário o uso de um magnífico maquinário específico de usinagem, que se encontra conservado até os dias atuais.

Em 1º de janeiro de 1997, o Arsenal de Guerra de São Paulo incorporou as instalações, o pessoal e as

atribuições do Parque Regional de Manutenção da 2ª Região Militar, constituindo-se assim em uma Organização Militar única dentro da Força Terrestre, encarregada da atividade de manutenção em todos os escalões. Ao incorporar o Parque, o Arsenal de Guerra tornou-se herdeiro de sua tradição na recuperação e modernização de viaturas blindadas sobre rodas, trabalho que fora iniciado pela modernização dos veteranos blindados norte-americanos M-8. É importante relembrar que aquele trabalho pioneiro, realizado nas instalações do então Parque de Motomecanização, criou uma base consistente para o projeto dos primeiros carros blindados sobre rodas nacionais, o EE-9 Cascavel e o EE-11 Urutu.

ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DO ARSENAL DE GUERRA DE SÃO PAULO

As atividades de produção do Arsenal de Guerra de São Paulo dividem-se em dois importantes segmentos: a manutenção e a fabricação de Material de Emprego Militar.

Como Unidade encarregada de manutenção, possui diversas oficinas especializadas em manutenção de armamento (leve e pesado), motomecanização, material de engenharia, comunicações e intendência.

A manutenção do armamento é um processo que prima pela segurança e pela qualidade de seus serviços. Ao longo do tempo, o Arsenal tem promovido a nacionalização dos componentes e materiais de manutenção, barateando os suprimentos empregados. Tem, também, desenvolvido novas e modernas vedações para o armamento pesado, contribuindo para a melhoria no seu uso e manutenção.

Com destaque para a revitalização dos canhões do EE-9 Cascavel, que retornam às mesmas oficinas nas quais foram fabricados.

No segmento da fabricação de MEM, atualmente, o AGSP tem uma carteira de produtos bastante diversificada.

A fabricação de redes modulares de camuflagem é única dentro do país. Seu produto possui importantes

características técnicas, como as capacidades antimotofo, antichama e anti-reflectância ao infravermelho. Atualmente, essa produção encontra-se em aperfeiçoamento técnico, com alterações na composição química da tinta e com a possibilidade da incorporação de novas estampas específicas para diferentes terrenos, como a caatinga e o ambiente de combate urbano.

O Arsenal possui oficinas de manufatura em fibra de vidro, que produzem caixas de acondicionamento para fuzis e pistolas. As principais características dessa produção são a flexibilidade e a simplicidade de manipulação do composto, o que permite a fabricação de estruturas com diversas geometrias, criando inúmeras possibilidades de novos produtos, como a construção de tanques, piscinas e até embarcações.

Materiais de Intendência como colchões, travesseiros, bolsas e artigos de lona são fabricados em diversas oficinas. Este tipo de material é de grande aceitação na tropa, principalmente os colchões, que são fabricados sob medidas específicas, dentro de padrões de densidade e com a possibilidade de cobertura de corvim para colchões de guarnições de serviço. Também são produzidos materiais de campanha, como cama, lavatório e latrina.

Finalizando a gama de produtos fabricados pelo AGSP, os geradores de campanha de 7,5 kVA representam importante contribuição. Eles são movidos a óleo diesel, com grande robustez e facilidade de operação. Sua principal característica é o uso de alternadores sem escovas, o que permite o fornecimento de energia elétrica de boa qualidade para equipamentos eletrônicos sensíveis.

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE VIATURAS BLINDADAS SOBRE RODAS

Atualmente, a maior parte do esforço de produção do AGSP está dirigido ao Programa de Revitalização de Viaturas Sobre Rodas Urutu e Cascavel. Este programa, implementado a partir da Reunião Decisória Especial do Estado-Maior do Exército, de 3 de novembro de 1998,



Montagem de rede de camuflagem experimental padrão caatinga



Linha de Montagem do Programa de Revitalização de Blindados

abrange a manutenção das consagradas viaturas EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu, no sentido de proporcionar-lhes uma sobrevida de 15 anos. Para tanto, foram necessários mais de dois anos de estudos e uma série de investimentos.

Estão destinados ao Programa oito pavilhões, com 3.000 m² de piso industrial, cinco pontes rolantes de grande capacidade, duas cabines industriais de pintura, uma cabine de jateamento e um amplo leque de maquinário e ferramental.

Os primeiros blindados da produção do AGSP foram entregues em 2001 e, desde então, o Exército Brasileiro recebeu mais de 150 viaturas revitalizadas que foram distribuídas para todas as regiões geográficas do País.

O processo de revitalização de uma viatura é caracterizado por três importantes fatores: a total abrangência das ações de manutenção, o detalhamento pormenorizado dessas ações e, sobretudo, a grande responsabilidade técnica em proporcionar à viatura uma confiabilidade satisfatória para a tropa.

Neste sentido, a viatura é completamente desmontada para que haja uma criteriosa manutenção de cada um de

seus componentes. Após essa manutenção, os conjuntos da viatura são progressivamente montados e testados em bancadas específicas, em um processo similar ao do próprio fabricante das viaturas. Finalmente, nenhuma viatura revitalizada sai do AGSP sem passar por uma rigorosa avaliação técnica que compreende uma série de deslocamentos em diferentes tipos de terreno e uma passagem por uma pista especial de desempenho, além de testes mais específicos para cada modelo, como o teste de navegabilidade do Urutu e o tiro técnico do canhão do Cascavel.

O AGSP COMO IMPORTANTE APOIO DA MINUSTAH

Devido à criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti em 2004, e à importante participação do Brasil nessa missão, foi necessário empregar viaturas EE-11 Urutu naquele país. Todas as viaturas Urutu em operação nas ruas haitianas são oriundas do Programa de Revitalização, mas a contribuição do Arsenal de Guerra de São Paulo é bem mais ampla.

O AGSP contribui com a preparação técnica de



Viaturas EE-11 Urutu recuperadas e adaptadas para a MINUSTAH (Haiti)



Viatura EE-9 Cascavel em avaliação técnica

equipes de mecânicos e motoristas de diversos contingentes, que realizam um primoroso estágio as oficinas do programa de revitalização. Além desse apoio substancial, equipes de engenheiros e mecânicos do Arsenal são deslocadas para o país caribenho, com a finalidade de assessorar os serviços de manutenção das viaturas empregadas.

Atendendo a solicitações específicas do Comando de Operações Terrestres (COTer), o AGSP supervisionou e coordenou diversos trabalhos de modificação de viaturas para melhor atender às necessidades da tropa em operação no Haiti. Foram adaptadas duas viaturas com lâminas do tipo "limpa-trilhos", capazes de remover objetos que, de outra forma, impediriam a progressão de nossos comboios. Também foi adaptada integralmente uma viatura para operar como ambulância, equipada com material de socorro médico de última geração. Em apoio ao Centro Tecnológico do Exército (CTEx), foram desenvolvidas proteções balísticas para o motorista e para o atirador das viaturas. Com essas proteções, a operação do carro torna-se mais segura, principalmente para o motorista, que antes era o elemento mais vulnerável da guarnição.

COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

No ano de 2007, em que completou 50 anos de gloriosa existência, o Arsenal de Guerra de São Paulo realizou várias ações marcantes na comemoração de seu jubileu.

Com a Prefeitura de Barueri e demais amigos e colaboradores, foram realizados eventos sociais, esportivos, culturais e militares, como a exposição de fotografia e história militar, a apresentação da Orquestra Sinfônica Municipal de Barueri e do Coral da Universidade de São Paulo. Também são marcos comemorativos a expedição de um selo alusivo ao cinquentenário e a publicação da primeira revista do Arsenal.

OS NOVOS DESAFIOS

Como importante braço técnico do Exército Brasileiro no maior pólo industrial e tecnológico do País, o Arsenal de Guerra de São Paulo vem enfrentando novos desafios ligados às necessidades de uma época de rápidas transformações tecnológicas. A reestruturação funcional de seus quadros e a capacitação constante de seus integrantes, aliadas à modernização de máquinas e equipamentos, compõem uma realidade já em pleno andamento.

Atualmente, estudam-se importantes ações de captação de serviços e de novas oportunidades de trabalho dentro do Arsenal. Pode-se citar o projeto de ampliação do Programa de Revitalização para as viaturas Urutu e Cascavel dos modelos fabricados anteriormente a 1980, que tem objetivos desafiadores na proposição da modernização daquelas viaturas. Também está em curso a implementação de uma sistemática de nacionalização de suprimentos, que poderá atender às demandas da Aviação do Exército e de outras áreas estratégicas que necessitem de um aprofundamento tecnológico e do desenvolvimento de novos fornecedores dentro do País. Os novos projetos são privilegiados pela localização estratégica do AGSP, o que proporciona inúmeras possibilidades de cooperação com universidades, institutos de pesquisas e empresas de alta tecnologia.

Novos projetos, novos desafios. Em seu cinquentenário, o Arsenal de Guerra de São Paulo, de forma dinâmica e vigorosa, busca a continuação de sua história de vanguarda e progresso em futuros horizontes dentro do Sistema de Ciência e Tecnologia. Tal sistemática motivadora tem proporcionado ao mais novo arsenal do Exército Brasileiro um verdadeiro significado de modernidade e uma nova dimensão ao seu lema de APOIAR SEMPRE! —

UM EXEMPLO DE SUPERAÇÃO

Capitão NELSON DIAS LEONI

Páraquedista e atleta quase teve braço arrancado depois de receber um tiro. Hoje, surpreende os médicos ao preparar-se para as Paraolimpíadas e quer, com sua história, incentivar aqueles que se acomodam diante dos obstáculos da vida.

Era junho de 2005 e o 1º Tenente **Leoni** já havia cumprido diversas missões de patrulha no HAITI, principalmente nas áreas consideradas hostis e perigosas daquele país. E, como muitos oficiais mais modernos, após cumprir a sua missão sonhava retornar para o

Brasil e dar prosseguimento a sua carreira de instrutor em

curso nas áreas onde se especializara. O acaso o impediu de

concretizar os seus sonhos.

Retornou após ter sido ferido

no peito e no braço por um tiro de fuzil que quase ar-

rancou o seu braço esquer-

do.

No princípio, lutava pela

vida. Depois, começou a brigar

por sua reabilitação e pela

recuperação dos movimentos do

braço e, então, passou a ser protagonista de um desafio para os especia-

listas médicos que cuidavam do seu caso.

Hoje, três anos após o incidente, o agora Capitão **Leoni**

está se preparando para realizar um importante projeto:

participar das Paraolimpíadas de 2008, que serão

realizadas em Pequim – China. Sim, a cada dia ele

recupera um pouco mais os movimentos de seu

braço ferido, contrariando os diagnósticos médi-

cos: “*Você não vai recuperar os movimentos de*

seu braço”.

Tudo ocorreu no dia 22 de junho de

2005, após uma Operação de Busca e

Apreensão no bairro de Bel Air. Ao voltar

para a base em um comboio, sua viatura

foi apanhada por uma rajada de fuzil



O então Tenente Leoni, ao centro.



quando passava em frente ao bairro de Cité Soleil. Um dos disparos atingiu o então 1º Tenente **Leoni** no peito.

Recebeu os primeiros socorros do 2º Tenente **Alessandro Pinto** e do 3º Sargento **Artur**, que conseguiram controlar a hemorragia, chegando com vida ao hospital argentino da ONU. Havia perdido 70% de seu sangue e durante a cirurgia, precisado de 14 bolsas de sangue.

Transferido para o hospital da República Dominicana, os médicos chegaram à conclusão de que seu braço esquerdo deveria ser amputado. Por divergência médica de parte do Dr. **Ramon Almenzar**, a amputa-



durante patrulha na capital haitiana

ção não aconteceu, porém ficou bem claro que o braço jamais recuperaria os movimentos. Permaneceu 21 dias no hospital da República Dominicana, onde realizou cinco cirurgias.

LEVANTANDO APÓS A QUEDA

Antes de o destino obrigá-lo a parar, o 1º Tenente **Leoni** destacava-se como oficial competente, dedicado e possuidor de um preparo físico invejável.

No dia 12 de julho, desembarcou no Brasil para dar continuidade ao seu tratamento no Hospital Central do Exército (HCE). Realizou outras cin-

co cirurgias, dentre elas a de enxerto de nervos com o objetivo de possibilitar a recuperação de algum movimento do braço.

Em 08 de janeiro de 2006, chegou ao Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, para iniciar sua reabilitação. Durante a consulta, ouviu a notícia de que dificilmente recuperaria algum movimento do braço e, que, em um período de internação de 15 dias, os médicos tentariam lhe proporcionar uma independência funcional com seu braço direito.

Iniciou o tratamento fisioterápico intensivo das 08:00 às 18:00 hs, de segunda a sexta-feira e, ao mesmo tempo, desencadeou um desafio para os especialistas com o seguinte pensamento: *"Escutar os médicos, porém nunca deixar uma informação ou laudo ser encarado como definitivo. A medicina não é uma ciência exata".*

Surpreendendo os médicos com uma recuperação inesperada, suas previsões de alta foram alteradas. Iniciou, em seguida, a parte de hidroterapia e natação. Órteses e adaptações são propostas para facilitar as atividades da vida diária, bem como outras atividades como vela, pintura, artesanato e culinária. Sua recuperação, fruto de horas diárias de fisioterapia, continua a apresentar resultados positivos.

Obstinado, empenhou-se ao máximo no processo de reabilitação e hoje acredita que *"Nossa cabeça é que define até onde vai o processo de reabilitação; não existem milagres de recuperação sem determinação, paciência e dedicação ao tratamento"*.

Em maio de 2006, o 1º Tenente **Leoni** foi submetido a uma cirurgia de enxerto de células-tronco. Após dois meses de fisioterapia para recuperar-se da cirurgia, começou as atividades de corrida e musculação e, com isso, os movimentos do braço

começaram a reaparecer.

DA FISIOTERAPIA ÀS COMPETIÇÕES

Liberado pelo Hospital Sarah Kubitschek para as atividades de musculação e corrida, em pouco tempo participou da Corrida de Reis (10 km) e realizou uma travessia a nado no Lago Paranoá (1.050 m).



Recuperação: fruto de muitas sessões de fisioterapia

Convidado para realizar um teste de natação no Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), passou a participar de competições em várias cidades brasileiras, onde conquistou várias medalhas.

Atualmente, continua realizando fisioterapia no mesmo hospital ainda sem previsão de alta, porém já adquiriu parte dos movimentos do braço. Entre os seus

objetivos de vida estão as Paraolimpíadas, o que persegue obstinadamente.

A VIDA PULSA DE NOVO

"A vida não volta atrás, então agradeça a Deus e aproveite o direito de viver de novo".

Com essa frase, o 1º Tenente **Leoni** não esquece das pessoas e acontecimentos que foram imprescindíveis para a sua sobrevivência e recuperação:

- os primeiros socorros corretamente aplicados, sem os quais não estaria vivo;
- a sua esposa, presença constante

"A vida não volta atrás, então agradeça a Deus e aproveite o direito de viver de novo."



que lhe proporcionou atenção, carinho e compreensão em todos os momentos, e que teve uma participação importante no processo de recuperação.

- o Dr **Ramon Almenzar**, que defendeu o parecer contrário à amputação de seu braço e se responsabilizou perante os demais integrantes da equipe médica;
- os seus familiares que, embora não estivessem presentes, torceram e rezaram pelo seu restabelecimento;
- os seus superiores, pares e subordinados que aproveitaram os períodos de folga para visitá-lo no hospital, numa demonstração coletiva de camaradagem, solidariedade, espírito de corpo e amor ao próximo;
- a sensação de conquista e a felicidade de estar vivo quando participou da recepção ao 3º contingente do BRABAT, inclusive ao seu pelotão, por ocasião do retorno ao Brasil;

• o Exército Brasileiro que esteve presente de várias formas em todos os momentos difíceis desse período e que lhe proporcionou, através do Fundo de Saúde do Exército (FUSEX), toda a assistência de saúde necessária nas diversas fases do tratamento e recuperação.

Recentemente, o Capitão **Leoni** descobriu o valor de sua história e percebeu que poderia influenciar outras pessoas, inclusive salvando vidas. E, por isso, sentiu-se satisfeito em poder divulgar a sua vitória parcial, pois considerando que “*cada um tem o seu tempo de melhora*” espera alcançar novos resultados positivos no seu processo de recuperação.

E, afirma:

“Os meus sonhos de antes continuam, apenas os encaro de outra forma”. ➡

Filho de **Ângelo Leoni** e **Tânia Dias Leoni**, o Capitão **Nelson Dias Leoni** nasceu no dia 06 de maio de 1979, na cidade de Videira-SC.

Após concluir o Ensino Médio em sua cidade natal, foi matriculado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 22 de fevereiro de 1997, sua data de praça, declarado Aspirante-a-Oficial em 24 de novembro de 2001, sendo classificado no 57º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Escola de Infantaria (57º BI Mtz – REI).

Em 31 de agosto de 2002, promovido ao posto de 2º Tenente, cursou e concluiu com aproveitamento o Curso Básico de Pára-quedista. Transferido para o 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BI Pqdt), realizou com êxito o curso de Mestre de Salto e frequentou os Estágios Básicos de

Combatente de Montanha, de Salto Livre e de Aplicações Táticas no Batalhão de Operações Especiais (BOPE).

Foi promovido ao Posto de 1º Tenente em 25 de dezembro de 2003, e no ano seguinte casou-se com a 2º Tenente OTT **Érica Cristina de Carvalho Leoni**.

Serviu como integrante da Companhia Santos Dumont do Batalhão de Infantaria da Força de Paz na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Foi agraciado com a medalha do Pacificador pelo Exército, a medalha da organização das Nações Unidas pela ONU e recebeu a Homenagem a um Herói com o diploma do Mérito Expressão Nacional pela Academia Internacional de Cultura.

TIRO-DE-GUERRA

02-005

90 Anos

Em abril de 2007, o Tiro-de-Guerra 02-005 completou 90 anos de sua fundação.

Estabelecido na cidade de Barretos desde sua criação, comemorou essa data com diversas atividades que demonstraram um relação rica em civismo e cidadania entre o Exército Brasileiro, ex- atiradores e demais cidadãos barretenses.

Como forma de reconhecimento pela consideração e apreço dedicados à Força Terrestre, a Revista Verde-Oliveira transcreve – na íntegra – alguns trechos do “Especial 90 anos”, publicado naquela oportunidade. —

"O preço da liberdade é a eterna vigilância"

‘Estamos comemorando 90 anos da presença do Exército Brasileiro em nossa cidade. Esta presença se dá com a unidade do Tiro-de-Guerra, que nos traz a possibilidade de cumprir o preceito constitucional do serviço militar obrigatório. É um convênio da Prefeitura com o Exército Brasileiro, para que jovens barretenses possam usufruir dessa verdadeira escola de civismo e cidadania. Pelo convênio, a Prefeitura assume as despesas de manutenção da unidade do Tiro-de-Guerra, desde o local, as instalações e todo o necessário para seu pleno funcionamento. É um investimento cuja relação custo/benefício está diretamente ligada à importância que os conceitos de civismo e cidadania devem ter no modo de pensar de nossos jovens. Por conta do convênio, ser o Diretor do Tiro-de-Guerra, para mim, especialmente, é uma grande honra. O momento pelo qual os jovens e seus pais passam atualmente é de enfrentamento dos muitos desafios de um mundo cujos valores não têm mais uma escala lógica. Não se pode nem mais dizer que "os valores estão invertidos", pois, pelo menos, teríamos a segurança de uma escala. Do ponto de vista prático, o Tiro-de-Guerra dá uma formação militar aos jovens, com instruções de educação física, resistência, hierarquia, ordem e disciplina. São esses alguns elementos essenciais na formação do caráter e da moral. Essa é a base para a formação dos reservistas que poderão ser acionados caso a Pátria deles necessite. Nós nunca esperamos que isso aconteça, mas "o preço da liberdade é a eterna vigilância".

Se o nosso país vive momento de paz externa, o mesmo não se pode dizer da nossa paz interna. Constantemente estamos vendo e/ou participando de caminhadas e passeatas pela paz interna. Isso se consegue de várias

formas e uma delas, certamente, é investir no nosso jovem, na formação de seu caráter, para que possa se transformar também em uma reserva MORAL da nossa sociedade.

O Tiro-de-Guerra cumpre muito bem essa função. Além do aprendizado, do companheirismo, da convivência dentro de um ambiente sadio e voltado para a construção do BEM, os atiradores participam ativamente da vida de sua cidade. Parabéns a todos que fazem parte dessa história."

Emanuel Mariano Carvalho
Diretor do Tiro-de-Guerra

Extraído do Especial Nº 01 - Tiro-de-Guerra de Barretos -SP, abril de 2007.

Eles passaram por aqui...

 Francisco Gagliotti "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1947	 José Vicente Dias Leme "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1950	 Ibrahim Martins da Silva "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1951
 Cel. Carlos Eduardo "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1969	 Otávio Alves Garcia "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1970	 Jerônimo Muzilli "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1978
 Luiz Umberto de Campos Sarti "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1980	 Robson Moreira Couto "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1987	 Marcelo Fiosi de Oliveira "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1991
 Andreas Araújo de Lima "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 1995	 Ivo Nig Junior "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 2002	 Rodrigo Duarte Vieira "O tiro de Guerra me ensinou a ser um homem de bem, a ser um cidadão de bem, a ser um homem de bem." 2005





BRASIL LEVA AJUDA HUMANITÁRIA AO POVO BOLIVIANO

**AVIAÇÃO DO EXÉRCITO PARTICIPA DE SOCORRO ÀS
VÍTIMAS DAS ENCHENTES NA BOLÍVIA**

No início de fevereiro de 2008, o Comando de Aviação do Exército (Av Ex) foi acionado pelo Comando de Operações Terrestres para participar de missão de ajuda humanitária para as vítimas da enchente que assolava a Bolívia.

A tragédia natural, fruto do fenômeno “La Niña”, já fizera milhares de vítimas, entre mortos, feridos e desabrigados, destruindo estradas e impedindo a circulação dos meios de apoio humanitário. O governo boliviano decretara estado de desastre nacional nos seus departamentos (províncias) mais atingidos. Diante desse quadro, o Governo brasileiro decidiu enviar ajuda humanitária àquele país amigo, inicialmente empregando meios da Força Aérea Brasileira e da Aviação do Exército.

O Cmt da AvEx determinou, inicialmente, ao 4º Batalhão de Aviação do Exército o deslocamento de uma aeronave HM-2 Black Hawk, com 9 militares compondo a tripulação e mais as equipes de manutenção e abastecimento e o pessoal de busca e salvamento (SAR), para a região de operações. Mais tarde, em meados do mesmo mês, substituiu a aeronave e a equipe por um helicóptero HM-3 Cougar, com tripulação e mais seis militares do 2º Batalhão de Aviação do Exército [2º BAvEx (Taubaté- SP)].

As aeronaves somaram-se a outros dois helicópteros operados pela Força Aérea Brasileira (FAB), baseados na cidade de Trinidad, capital do Departamento de Beni, onde foi instalado o *Comando Conjunto de Desastres Naturales* (CCDN), a cargo da Bolívia. A Base de Operações foi organizada nas instalações do Grupo Aéreo 72 da Força Aérea Boliviana. Naquela Base, o Centro de Operações Correntes (COC)/ Bolívia, montado pela FAB e com a participação de militares da Av Ex, recebia as missões do CCDN, coordenava e determinava o emprego dos helicópteros brasileiros.

As nossas aeronaves cumpriram dezenas de missões aéreas de transporte de gêneros e medicamentos para comunidades e municípios completamente isolados pelas águas. Em praticamente todos os dias em que foram empregados, os helicópteros decolavam transportando toneladas de alimentos e medicamentos doados pela comunidade internacional. Eram missões revestidas de grande complexidade, já que as condições climáticas



eram bastante desfavoráveis e a própria operação da aeronave exigia cuidados especiais, como a rigorosa escolha das áreas de pouso, de forma a não provocar novos danos às edificações já atingidas.

O resgate de desabrigados e a busca e salvamento de vítimas das enchentes foram outros trabalhos fundamentais. No dia 21 de fevereiro, por exemplo, o EB 4004, prefixo do Cougar do 2º BAv Ex, retornava da localidade de Loreto quando o COC foi acionado para um resgate de emergência. Uma embarcação naufragara no rio Mamoré e havia sobreviventes em situação crítica. Nessa missão, uma senhora grávida de seis meses e duas crianças foram resgatadas pela equipe SAR do 2º BAvEx com a utilização de guincho. Essa atuação dos militares brasileiros teve grande repercussão na imprensa local e internacional. Em outras ocasiões, doentes e feridos foram transportados para que pudessem receber o adequado apoio de saúde.

Em mais de uma ocasião, nossos helicópteros conduziram autoridades do governo boliviano para reconhecimento e verificação da situação no terreno. O próprio presidente boliviano, **Evo Morales**, participou dessas operações visitando as regiões mais atingidas, acompanhado por autoridades e pela imprensa internacional. Ao final da missão, o presidente destacou a ajuda incondicional e fraternal das Forças Armadas Brasileiras naquele momento de sofrimento da população das áreas inundadas.

As condições climáticas e a própria natureza da missão obrigavam as tripulações a operar no limite das aeronaves. No entanto, para que as prescrições de segurança fossem mantidas, as equipes de manutenção dos 2º e 4º BAvEx atenderam prontamente às necessidades de reparação e conservação dos helicópteros, realizando todas as inspeções previstas e mantendo-os em plena disponibilidade para o cumprimento da missão.

O prolongamento da crise humanitária, com a permanência das inundações e do sofrimento do povo vizinho, fez com que a missão fosse estendida até o final do mês de março.

A área de operações dos brasileiros continha cerca de 20.000 desabrigados, cerca de um terço da população total atingida pela tragédia. O esforço e a competência dos nossos militares, do Exército e da Força Aérea Brasileira, foram capazes de muito amenizar o sofrimento daquele povo vizinho. O trabalho em equipe foi fundamental para que o empenho em ajudar chegasse às vítimas na hora certa, com a nossa mão amiga fazendo-se sempre presente. Em cada resgate, em cada cesta de alimentos distribuída, as asas rotativas da FAB e da Av Ex levaram uma mensagem de solidariedade e apoio às vítimas de tão grande tragédia.

A esperança tem asas - asas rotativas! —



AS FORTALEZAS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM

Localizada na Ilha de Anhatomirim (em indígena significa “Cão-Pequeno”), foi construída entre 1739 e 1744. Sua posição privilegiada inspirou o Brigadeiro **Silva Paes** a imaginá-la como o primeiro dos vértices de um triângulo de fogo defensivo para engajar, com seus canhões, os navios hostis que adentrassem na direção do coração da Ilha de Santa Catarina pela baía norte. Na época, chegou a ser artilhada com 36 peças de diversos calibres.

Em 1893, durante a Revolução Federalista, serviu de prisão dos revoltosos no governo de **Floriano Peixoto**. No ano de 1907, passou a pertencer ao Ministério da Marinha e voltou a ser utilizada como prisão, em 1932, na Revolução Constitucionalista. Funcionou como base militar até o final da Segunda Guerra Mundial.



Em 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estabeleceu um convênio com o Ministério da Marinha e assumiu sua administração, começando um processo de restauração.

Suas estruturas ainda existentes e bem preservadas são a Portada e a Entrada (conjunto de escadaria e pórtico em estilo oriental ladeado por duas cortinas de muralhas), o Paiol da Pólvora (construído sobre uma elevação e afastado do conjunto principal), o Armazém de Farinha, as fundações da Casa da Palamenta (destinada à guarda de armamento), a Rampa (passagem subterrânea que liga o Quartel da Tropa à Bateria Norte) e a Casa do Comandante, 1ª sede do Governo de Santa Catarina e residência do Brigadeiro **Silva Paes**.

Em 1984, foi possível reabrir a Fortaleza de Anhatomirim para visitação pública, mas, somente em 1991, o “Projeto Fortalezas” conseguiu concretizar sua restauração completa. Os visitantes são recebidos por guias e assistem a um audiovisual sobre a história das fortalezas. O acesso é possível somente pelo mar, num deslocamento de cerca de 1 h e 30 min partindo de um atracadouro localizado no centro de Florianópolis. O traslado é feito por um serviço de escunas, não vinculado à administração da fortaleza.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA

Localizada na parte norte da Ilha de Santa Catarina, a cerca de 25 quilômetros do centro de Florianópolis, foi construída entre 1740 e 1744.

Sua posição privilegiada no alto do morro da Ponta Grossa permitia auxiliar na triangulação dos fogos idealizada pelo Brigadeiro **Silva Paes**, da qual era o segundo vértice, com 31 bocas de fogo. Para completar a defesa do flanco leste, foi levantada, a partir de 1765, a Bateria de São Caetano, localizada junto à Praia de Jurerê, a 200 metros da fortaleza.

Na Revolução Federalista (1893), a esquadra rebelde aí fez montar dois canhões raia-dos, nela instalando uma atalaia.

Abandonada, ao final do século XIX os jornais regionais denunciaram a apropriação indevida de pedras, tijolos e outros materiais

subtraídos da fortaleza para a construção de moradias pela população local, gerando um pedido de providências formal do Governo do Estado ao Ministério da Guerra (1898).

Em 1987, ao ser cadastrada como sítio arqueológico protegido por lei federal, foram realizados os primeiros trabalhos de prospecção arqueológica. Em 1991, graças a um convênio da UFSC com o então Ministério do Exército no âmbito do “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina”, a Universidade assumiu as tarefas de administração e conservação.

A imponente fortaleza se protege à retaguarda pela encosta do morro, com as baterias voltadas para o mar. Os edifícios estão distribuídos em cotas distintas, interligados por rampas e cercados por espessas muralhas em alvenaria. Há vestígios da antiga Casa da Palamenta, com piso de alvenaria de tijolos, onde eram guardadas armas leves e os apetrechos necessários à manutenção e operação das peças de artilharia. O Quartel da Tropa, com a cozinha anexa, está restaurado e é ocupado pelas artesãs de renda, que ali expõem sua arte. Na parte superior ergue-se a Casa do Comandante, um imponente sobrado de dois pavimentos, geminado com o Paiol da Pólvora, onde funciona uma sala de exposições fotográficas sobre as fortalezas de Santa Catarina. A Capela de São José ainda é utilizada pela comunidade. Além desses existem o Calabouço (Cadeia) e a fonte de água (cisterna). Completam o conjunto duas guaritas redondas sobre respectivos pilões, em vértices opostos da muralha. A cantaria do Pórtico é talhada em pedra de Lioz, oriunda de Portugal. As peças de artilharia estão em excelente estado de conservação.

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa é acessível por terra e é um belo conjunto arquitetônico. Não há o serviço de guias para os visitantes.

FORTALEZA DE SANTO ANTÔNIO DE RATONES

Localizada na ilha de Ratones Grande, foi construída no período de 1740 a 1744 e era o terceiro vértice do triângulo de fogo imaginado pelo Brigadeiro **Silva Paes** para a defesa da entrada da baía norte da Ilha de Santa Catarina. Era guarnecida por soldados do Regimento de Infantaria de Linha, célebre unidade criada pelo Brigadeiro, e chegou a contar com 12 peças de artilharia.

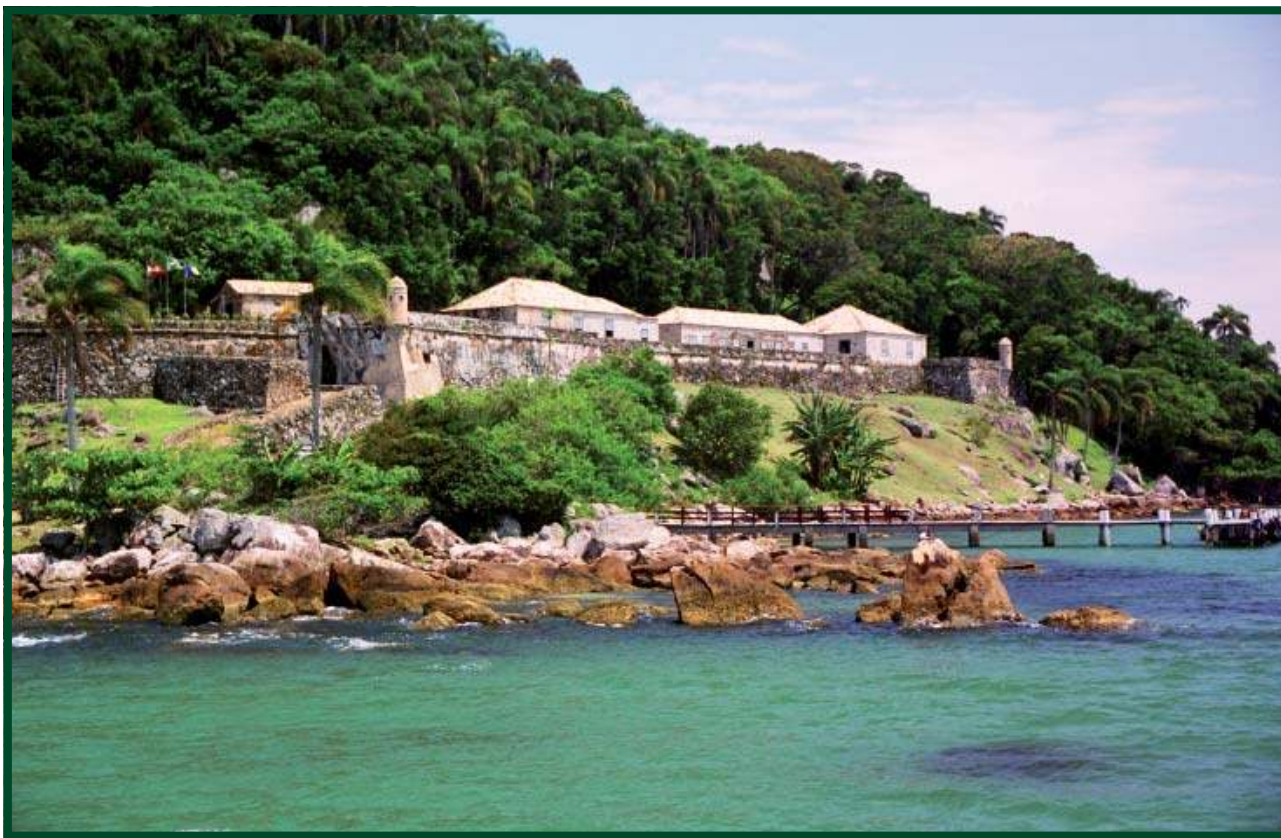
Com sua desativação como fortificação militar, no decorrer do século XIX e no contexto da “Questão Christie” (1862-1865), passou a ser usada como manicômio e local de segregação de

Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim



Fortaleza de São José da Ponta Grossa

*Fortaleza de
Santo Antônio
de Ratonas*



pacientes de doenças contagiosas.

À época da Revolução Federalista (1893), foi ocupada pelos rebeldes, que ali instalaram dois canhões, um dos quais permanece ainda hoje guardando o local de atracação. Dominada a Revolta pelas forças legalistas, suas instalações passaram para a jurisdição do Ministério da Marinha (1894), sendo então usada como depósito de carvão para abastecer os navios da esquadra.

Em 1938, quando foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fortaleza encontrava-se em estado precário. A partir de 1982, uma campanha pública de voluntários realizou a limpeza de suas instalações e de seu entorno, numa ação que culminou com um projeto de restauração, em cooperação com a UFSC, que desde 1991 gerencia a fortificação.

Com cerca de 800 m² de área construída, suas estruturas ainda existentes e bem preservadas são a Portada, a Fonte d'Água, os Quartéis de Oficiais e da Tropa e o Aqueduto.

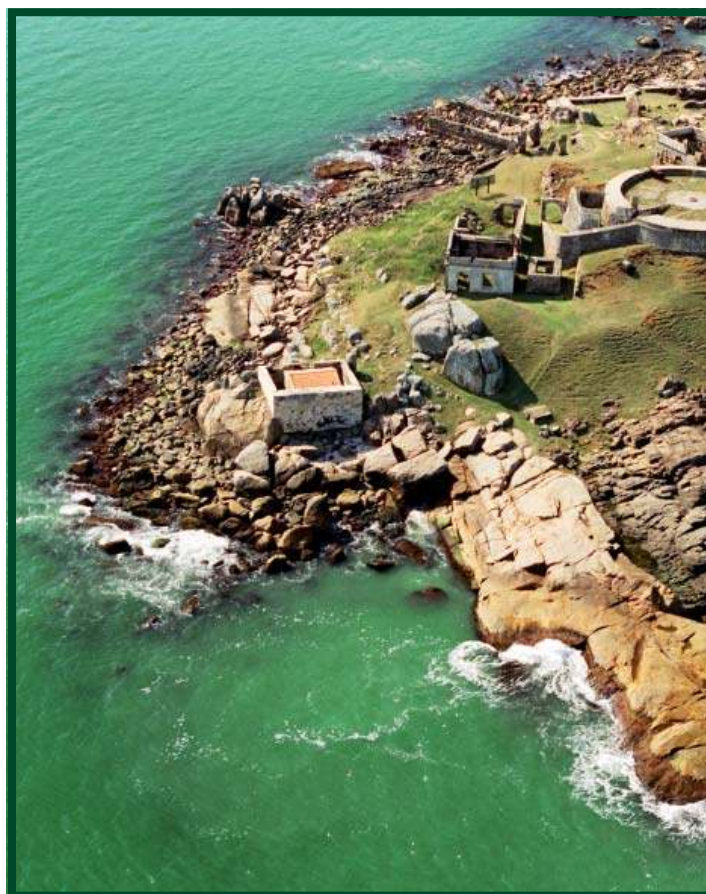
A paisagem natural é magnífica, com a mata preservada e o azul do mar fazendo-lhe moldura. Por dentro da mata há trilhas para a prática de caminhada ecológica.

A fortaleza é aberta à visitação pública e não existe serviço de guias. O acesso se dá exclusivamente pelo mar, num deslocamento que dura cerca de 45 minutos, nas mesmas condições da visitação à Ilha de Anhatomirim.

FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ARAÇATUBA

O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina foi

*Fortaleza de
Nossa Senhora da
Conceição de
Araçatuba*



completado pela Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, na barra da baía sul, consolidando a ocupação da Capitania como base estratégica de apoio para a manutenção do domínio português sobre a Colônia do Sacramento.

A construção da fortaleza teve início em 1742 e foi terminada cerca de dois anos mais tarde. Foi artilhada com dez peças e sua guarnição chegou a ter 60 soldados.

Utilizada como presídio em várias oportunidades, principalmente após a Proclamação da República (1889) e na Revolução Federalista (1893), foi desativada em 1937.

A partir de 2001, a administração da ilha e do conjunto arquitetônico também passou para a UFSC, que lhe procedeu o levantamento arqueológico, visando à sua restauração e integrando mais esse conjunto no âmbito do "Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina".

Na fortaleza ainda existem as fundações do Corpo da Guarda e da Casa da Farinha, e as paredes da Casa da Palamenta, da Casa do Comandante, do Quartel da Tropa e Oficiais e do Paiol da Pólvora. A muralha em cantaria, que confronta com o canal navegável e que contém o terrapleno que protegia as baterias, encontra-se em bom estado de conservação, o mesmo ocorrendo com a muralha em pedra, de planta circular, que abrigava a bateria principal.

A visitação pública ainda não é permitida, pois não há local seguro para a atracação de embarcações.

SOBRE O BRIGADEIRO SILVA PAES

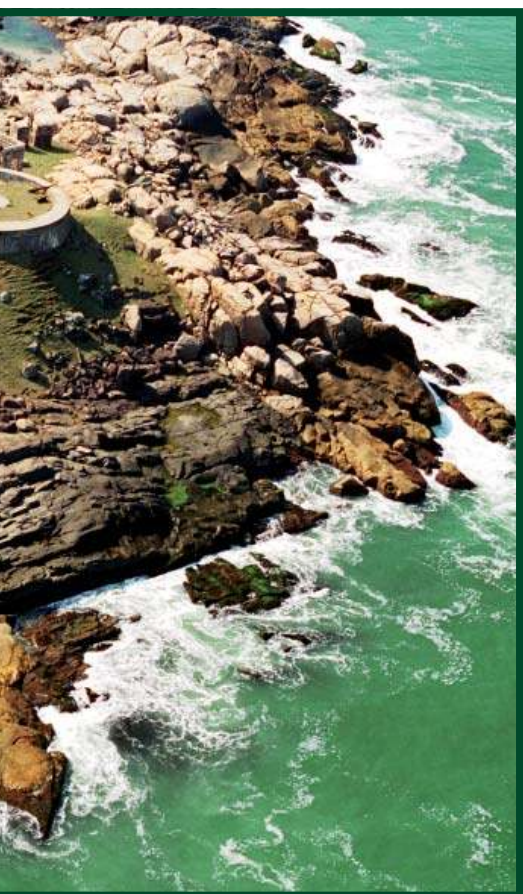
José da Silva Paes (1679-1760) foi engenheiro militar da Coroa Portuguesa e primeiro governador da Capitania de Santa Catarina.

Por ordem do Rei de Portugal, estabeleceu-se na Ilha de Santa Catarina para fortificá-la e defendê-la das incursões de corsários e expedições estrangeiras, garantindo, dessa forma, os interesses da Coroa sobre a região do Prata.

Governou a capitania de Santa Catarina de 1739 a 1749, período no qual projetou e construiu as principais fortalezas de seu sistema defensivo. Criou o Regimento de Infantaria de Linha e foi o idealizador da vinda de imigrantes açorianos para ocupar e colonizar a terra. Além de realizações no campo militar, também exerceu frutífero trabalho como administrador e engenheiro.

Visite o endereço eletrônico:
<www.fortalezasmultimedia.com.br>
para mais informações. ➡

Esta matéria teve a colaboração do Comando da 14ª
Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Florianópolis-SC.



Fortaleza de
Santa Bárbara



Fortaleza de
Santana



Referência em EXCELÊNCIA GERENCIAL

15ª, 16ª e 24ª Circunscrição de Recrutamento.

O Diretor de Serviço de Patrimônio da União entregou à Jurisdição do Ministério da Guerra um terreno medindo 2.502,85m² resultante de aterro de zona alagada. Esse terreno foi beneficiado com a construção de um prédio, onde veio a funcionar o frigorífico da 7ª Região Militar e um galpão de garagem. Neste mesmo terreno, em 1956, foi iniciada a construção do novo prédio, localizado à Rua Almino Afonso, 12, no bairro da Ribeira, com dois pavimentos, dentro da nova estética urbanística, destinado ao funcionamento da 24ª CSM. A inauguração ocorreu em 28 de janeiro de 1958.

No ano de 1966, passou de 24ª Circunscrição de Recrutamento para 24ª Circunscrição de Serviço Militar. Entre as Organizações Militares da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército, só é superada em antiguidade pelo HGeR (Recife-PE) e pela 23ª CSM (João Pessoa-PB).

ORGANIZAÇÃO E MISSÃO

A 24ªCSM possui, atualmente, sete Delegacias de Serviço Militar e 164 Juntas de Serviço Militar, distribuídas no Estado do Rio Grande do Norte.

A 24ªCSM é a Organização Militar responsável pela condução de todas as etapas relativas ao Serviço Militar. Suas atribuições vão desde a execução do Alistamento, nas Juntas de Serviço Militar e Centrais do Cidadão, passando pela Seleção nas diversas Comissões de Seleção, até a incorporação às fileiras das Forças Armadas ou à Dispensa do Serviço Militar do jovem cidadão.

IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS

A CSM já atua em programas de qualidade desde a Década de 90 do Século XX, quando implantou, inicialmente, o conhecido Programa "5S" como plataforma de suporte organizacional.

Essa base de qualidade facilitou a implantação do Programa Excelência Gerencial a partir de 2003, quando foi instituído em todo o Exército, a partir do Programa de Qualidade do Serviço Público, hoje Gestão Pública –

24ª Circunscrição de Serviço Militar

Criada em 02 de janeiro de 1918, pelo Decreto nº 12.790, como 6ª Circunscrição de Recrutamento, é oriunda da Junta de Recrutamento e Sorteio de Natal de 1908.

Inicialmente, teve sua sede na Praça Tomaz de Araújo, em Natal-RN. Nesse endereço funcionava o antigo quartel, originário dos primeiros Batalhões do Exército que se situaram na capital potiguar, sendo que o último foi o 14º Batalhão de Engenhos, surgido com a II Guerra Mundial.

Com o passar do tempo, recebeu as designações de

Foto: 2º Ten Faria

GESPÚBLICA, criado pelo Governo Federal. Após a implantação e o sucesso do programa, a Unidade estava apta para absorver a reestruturação que foi necessária em termos de processos e medições relativos à atividade-fim e à atividade de apoio, com vistas a melhorar o gerenciamento pela excelência. Verificou-se uma mudança na mentalidade dos integrantes e um aperfeiçoamento do trabalho realizado, o que gerou economia para a OM e redundou na realização de obras e na melhoria das condições de trabalho.

No mês de agosto de 2004, em razão de profícuo trabalho e dedicação metodológica, a 24ª CSM obteve um resultado de destaque na avaliação do PEG em âmbito regional, que inclui os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Foram considerados os sete critérios estabelecidos pelo GESPÚBLICA: Liderança; Estratégias e Planos; Cidadãos e Sociedade; Informações; Pessoas; Processos e Resultados.

Toda a Unidade Administrativa sempre esteve envolvida no Programa de Excelência Gerencial, com cerca de 60 colaboradores, entre civis, militares e policiais militares à disposição do Exército.

PREMIAÇÕES E OUTROS RESULTADOS

Em 2004, o Comando Militar do Nordeste premiou a Unidade por ter obtido o melhor resultado na avaliação do Programa Excelência Gerencial. A 24ª CSM foi o quartel destaque dentre as 81 Unidades e Grandes Unidades Militares subordinadas ao Comando Militar do Nordeste, atingindo o Nível de Gestão 4, com 356 pontos.

Por meio das auto-avaliações do PEG foram desenvol-

vidos projetos de inovação e melhoria para atender à demanda de seus usuários. Como exemplo disso, o setor de inativos e pensionistas apresentou uma excelente melhora em sua estrutura física e diminuição no tempo de espera para o atendimento.

Motivada pela premiação do CMNE, a OM participou do Prêmio Nacional de Gestão Pública e Desburocratização do Governo Federal – PQGF/Ciclo 2005, adquirindo lucros significativos referentes à elaboração de novos projetos de inovação e melhoria elaborados a partir do relatório de validação da banca examinadora.

Desde a implantação do Programa “5S” e com o advento do PEG, a OM vem colaborando com os órgãos públicos sediados em Natal, interessados em melhorar a qualidade de seus serviços prestados ao cidadão potiguar, por meio de palestras, visitas ao seu aquartelamento, cessão de suas instalações para reuniões, cursos e palestras do Núcleo GESPÚBLICA do Rio Grande do Norte, participação de seu assessor de gestão como membro de Bancas Examinadoras desse mesmo núcleo regional.

Fruto dessa colaboração, a OM foi premiada com a Medalha de Voluntários/2006, do GESPÚBLICA, durante a solenidade de entrega do PQGF/Ciclo 2006, realizada em março 2007, no Palácio do Planalto em Brasília-DF.

Em 2007, a 24ª CSM implantou o controle dos projetos finalísticos (Serviço Militar, Seção de Inativos e Pensionistas e Posto de Identificação). Esse controle foi denominado Programa de Satisfação Gerencial, e nele monitora-se o desempenho dos processos finalísticos e de apoio visando à satisfação da equipe gestora e da equipe executora quanto à qualidade do trabalho realizado. —



Foto: 2º Sgt Eduardo

Diretoria de CIVIS, INATIVOS e PENSIONISTAS

"Atenção aos civis, inativos e pensionistas civis e militares"

As reorganizações do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) ocorridas nos anos de 1971 e 2002 foram os fatores de criação da atual Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas (DCIP).

Inicialmente, por intermédio do Decreto nº 68.121, de 27 de janeiro de 1971, foi criada a Diretoria de Inativos e Pensionistas (DIP), que absorveu, no todo ou em parte, as missões antes atribuídas aos seguintes órgãos: Diretoria do Pessoal da Ativa, Diretoria de Contabilidade, Seção Especial da Força Expedicionária Brasileira e Subdiretoria da Reserva da Diretoria do Serviço Militar.

Em 1998, com a extinção da Diretoria do Pessoal Civil e a criação da Coordenadoria do Pessoal Civil (CPC), a DIP absorveu a responsabilidade dos assuntos atinentes aos inativos e pensionistas civis.

Em 2002, a Diretoria incorporou em seu efetivo a extinta CPC e assumiu as missões referentes aos civis da ativa. Por isso, adotou, a partir daquele ano, a denominação de Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas.

MISSÃO DA DCIP

A Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas é o órgão de apoio técnico-normativo do DGP que tem por finalidade realizar o planejamento, a orientação, a coordenação, o controle, a supervisão, a execução e a avaliação das atividades relacionadas com o Sistema de Civis, Inativos e Pensionistas (SisCIP) do Comando do Exército. Ela é responsável por executar as atividades referentes à transferência para a reserva remunerada, prestação de tarefa por tempo certo, dispensa de militar designado para o serviço ativo, reforma, pensões, anistia de políticos militares, gestão do pessoal civil do Comando do Exército, integração do Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE), implantação dos processos de reforma, aposentadoria e benefícios e concessão e revogação de auxílio-invalidez no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (SISAC). No Exército, a DCIP é o órgão

que zela pelos direitos dos civis, inativos e pensionistas e que coíbe as burlas e os pleitos indevidos.

Para o cumprimento de suas missões, a DCIP possui a organização funcional apresentada a seguir.

SEÇÃO DE PESSOAL CIVIL

A Seção de Pessoal Civil tem por missões, entre outras, o recrutamento, a seleção e a capacitação do servidor civil; o provimento de cargo efetivo (nomeação, reintegração, recondução e reversão); o provimento e a vacância de funções de confiança; o controle da concessão de gratificações, licenças, afastamento do País e abono de permanência; a lotação e a movimentação do servidor civil.

SEÇÃO DE PENSÕES

A Seção de Pensões, na área de Pensão Militar propriamente dita, tem por missões a concessão de melhoria de Pensão Militar, a concessão de Pensão Militar em Grau de Recurso, a emissão de Pareceres Técnico-Administrativos em resposta a consultas, e o atendimento de diligências.

Na área de Pensão Especial de Ex-Combatente, é a responsável por concessão e revogação de auxílio-invalidez, análise dos processos de comprovação de invalidez de dependentes, reversão da Pensão Especial para as Filhas (Lei nº 4.242/63), alteração da base de cálculo da Pensão (Art 21-MP 2.215/01), alteração de Proventos (Art 21-MP 2.215/01), concessão de Pensão Especial da Lei nº 8.059/90, cumprimento das decisões judiciais, expedição de Certidão de Tempo de Serviço Militar (CTSM) em conformidade com a Lei nº 5.315/67, emissão de Pareceres Técnico-Administrativos e ainda resposta a consultas.

Na área de Anistiados Políticos, a Seção de Pensões faz a implantação de reparação econômica mensal, permanente e continuada; e a implantação do pagamento

das indenizações por acordo mediante Termo de Adesão, atividades necessárias ao cumprimento do previsto na Lei de Anistia.

SEÇÃO DE RESERVA

A Seção de Reserva tem a incumbência de realizar a passagem do militar para a situação de inatividade mediante transferência para a reserva remunerada, a qual ocorre a pedido do interessado ou *ex-officio*, de acordo com situações previstas no Estatuto dos Militares. Também desenvolve atividades de dispensa dos militares designados para o serviço ativo do Exército e de nomeação e exoneração dos Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC).

SEÇÃO DE REFORMA

A principal atividade da Seção de Reforma da DCIP é a adoção de medidas visando à passagem do militar para a situação de inatividade mediante reforma; e ainda aquelas determinadas pela Justiça ou por Amparo do Estado. A seção desenvolve atividades de concessão e revogação de auxílio-invalidez, concessão de proventos do Posto/Graduação superior e melhoria de reforma, sendo responsável também pela implantação, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (SISAC), dos processos de reforma e de concessão de benefícios.

O usuário do Sistema pode consultar o andamento do seu processo ou outro tema de interesse acessando o sítio <www.dgp.eb.mil.br/dcip>.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica tem por missões o cumprimento das decisões judiciais, dos mandados de segurança, das liminares concedidas, das tutelas antecipadas; também é responsável por emitir pareceres administrativos e por prestar as informações judiciais necessárias para a Defesa da União.

VISÃO DE FUTURO DA DCIP

Ser reconhecida como uma Diretoria do mais alto nível de desempenho, caracterizada pela excelência no cumprimento de suas missões, de forma a assegurar, em qualquer situação, aos usuários do Sistema de Civis, Inativos e Pensionistas, todos os seus direitos, de acordo com a legislação pertinente atualmente em vigor.

Ser reconhecida pelo público interno como uma Diretoria que prioriza os interesses da Instituição e a satisfação pessoal.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Ao serem definidos os Objetivos Organizacionais da DCIP, foram estabelecidas para alcançá-los as estratégias a seguir relacionadas.

Melhorar continuamente a qualidade dos produtos e serviços das Seções da DCIP

Aperfeiçoar os macroprocessos e processos das seções da Diretoria; agilizar a difusão de dados do pessoal; obter sistema eficiente de avaliação de gestão; analisar e melhorar a gestão de processos.

Elevar os padrões de excelência das instalações, mobiliário, segurança orgânica, recursos humanos e informática da DCIP

Aperfeiçoar as estruturas organizacionais e funcional da Diretoria; implementar melhoria no mobiliário, nas instalações e na segurança orgânica da Diretoria; melhorar a qualidade dos recursos humanos.

Prover o apoio à família militar/civil

Buscar melhores condições de vida para a família militar/civil; difundir dados/informações de interesse da família militar/civil; difundir orientações que visem a melhorar a qualidade de vida da família militar/civil; promover a integração do segmento.

METAS

Estabelecidos os objetivos organizacionais da Diretoria, no ano de 2007 foram atingidas as seguintes metas: Conclusão do arquivo da DCIP; continuidade do Projeto Irmãos de Armas; redução no tempo de análise e despacho dos processos; realização do 10º Simpósio de Civis, Inativos e Pensionistas; atualização de aplicativos de interesse da Diretoria; otimização do espaço físico das seções da Diretoria.

Para o ano de 2008, estão em pauta: Conclusão da revisão das Normas Técnicas; continuidade do Projeto Irmãos de Armas; reavaliação do Sistema de Civis, Inativos e Pensionistas (SisCIP); realização do 11º Simpósio de Civis, Inativos e Pensionistas; realização de concurso público para servidor civil; implementação do PASS; consultas das portarias de reforma pela internet.

SISTEMA DE CIVIS, INATIVOS E PENSIONISTAS

O SisCIP está organizado em, no mínimo, uma Seção de Inativos e Pensionistas (SIP) e uma Seção Regional de Pessoal Civil (SRPC) por Região Militar, ligadas por canal técnico à DCIP.

As SIP e SRPC estão incumbidas da habilitação inicial à pensão militar e do controle dos inativos e pensionistas na área da respectiva Região Militar, entre outros encargos. Assim, todos os assuntos referentes a inativos e pensionistas devem ser tratados, inicialmente, pelas Organizações Militares ou pelos interessados, nas SIP/SRPC integrantes dos Comandos Regionais.

Os assuntos de interesse dos inativos e pensionistas não residentes nas sedes das SIP/SRPC, em particular o pagamento, são tratados por Organizações Militares conhecidas como Órgãos Pagadores (OP). Compete às Regiões Militares designar o OP, ouvido o Comando

Militar de Área, dentro da área da respectiva jurisdição regional, ao qual o inativo ou pensionista deverá ficar vinculado.

COMO A DCIP VALORIZA SEU PESSOAL

Simpósio de Civis, Inativos e Pensionistas

Anualmente, a DCIP realiza o Simpósio de Civis, Inativos e Pensionistas, que tem como objetivo aperfeiçoar procedimentos e ressaltar a importância da atuação dos integrantes do Sistema de Civis, Inativos e Pensionistas no atendimento a seus usuários.

Durante o Simpósio, são tratados assuntos relacionados com a reserva, reforma de militares da ativa e da reserva, pensões militares e especiais, anistia dos políticos militares, aspectos jurídicos, pagamento e auditoria de pessoal, carreira, aposentadoria e pensão do pessoal civil do Comando do Exército. O evento conta com a participação dos Chefes das 13 Seções de Inativos e Pensionistas (SIP), das 12 Seções Regionais de Pessoal Civil (SRPC), da Diretoria do Serviço Militar, do Centro de Pagamento do Exército, do Centro de Comunicação Social do Exército, da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, da Diretoria de Saúde e da Diretoria de Auditoria.

Portfólio de Apoio à Família Militar

A DCIP participa do Portfólio de Apoio à Família Militar (PAFMil), que é um programa da Assessoria Especial do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) com diversos programas e projetos com as finalidades de:

- coordenar e orientar ações nas áreas de assistência à saúde, assistência social e assistência aos inativos e pensionistas;
- expedir instruções, normas, planos e programas relativos à execução das atividades que lhe são pertinentes; e
- promover estudos, análises e pesquisas, visando a contribuir para a melhoria das condições de

funcionamento das Organizações Militares que atuam nessas áreas, minimizando custos e elevando o grau de satisfação dos usuários do Sistema de Apoio à Família Militar.

Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro

Desde o ano de 2001, o Exército Brasileiro vem prestando assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis (Prestação de Assistência à Saúde Suplementar - PASS), em caráter temporário (Portaria nº 56-DGP, de 26 de junho de 2001), e sem custos para o servidor. Com a edição da Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, pelo Governo Federal, regulamentada pela Portaria nº 1983-SRH/MP, de 5 de dezembro de 2006, a Instituição se adaptou às novas regras em benefício de seu servidor.

Desde abril de 2008, a Assistência à Saúde Suplementar aos Servidores Civis ativos ou inativos, seus dependentes e pensionistas, continua sendo prestada pelas Organizações Militares de Saúde (OMS), prioritariamente, complementada, quando necessário, por encaminhamentos para Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviços Autônomos (PSA).

A adesão ocorreu mediante assinatura de "Termo de Adesão", e o beneficiário titular contribui para o custeio da assistência à saúde com uma mensalidade e, também, com a indenização de 20% (vinte por cento) dos serviços prestados.

MENSAGEM DA DCIP

A Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas realiza trabalho incansável, desenvolvendo tarefa burocrática – cuidadosa e, por vezes, complexa – fundamental à vida de, aproximadamente, 220.000 pessoas, incluindo civis, inativos e pensionistas, efetivo que se amplia se forem computados os respectivos dependentes. Não obstante o número de vinculados e o fato de que a maioria dos militares permanece mais tempo na situação de inativo e gerador de pensão do que no serviço ativo, os integrantes da DCIP estão prontos a atender aos que bem serviram à nossa Força. —



Instalações da DCIP no Quartel-General do Exército e das Seções de Inativos e Pensionistas das 4ª e 9ª Regiões Militares



O 28º Batalhão Logístico (28º B Log) foi criado como parte do programa denominado FT 90, que objetivava dotar o Exército Brasileiro da capacidade operacional ligada à realidade prevista para o final do Século XX.

Nesse contexto, o Batalhão foi criado pelo Decreto nº 92.171/85, tendo seu núcleo inicial ocupado as instalações do Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec) no ano de 1987.

Em janeiro de 1988, esse núcleo inicial ocupou parte das instalações do Batalhão e sua primeira incorporação ocorreu em 08 de fevereiro do mesmo ano. Em agosto, a Organização Militar obteve a sua autonomia administrativa.

Atualmente, a Unidade ocupa amplo aquartelamento, em Dourados-MS, com instalações novas e modernas, capazes de proporcionar conforto e praticidade aos militares. Possui quatro subunidades necessárias ao funcionamento de um batalhão logístico: Companhia de Comando e Apoio, Companhia Logística de Suprimento, Companhia Logística de Manutenção e Companhia Logística de Saúde.

A missão do “Elo Logístico da Fronteira Oeste” é prestar o apoio logístico às Organizações Militares subordinadas à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, que estão dispersas pelo estado de Mato Grosso do Sul.

O PATRONO

Em 2006, o 28º Batalhão Logístico recebeu a denominação histórica de “Batalhão Coronel Francisco Augusto de Lima e Silva”, justa homenagem ao vulto histórico que pôs em marcha a logística durante o episódio da “Retirada da Laguna”. O Coronel **Francisco Augusto de Lima e Silva**, nascido em 16 de outubro de 1832, era filho do Major **Francisco de Lima e Silva Filho** –

irmão do Duque de **Caxias** – e neto do Tenente-General **Francisco de Lima e Silva**, Regente no Império.

Convocado para a guerra contra o Paraguai, foi nomeado Chefe da Repartição Fiscal das forças que, em 1865, invadiram o Paraguai pela Província de Mato Grosso, no episódio que depois ficou conhecido como “A Retirada da Laguna”. Teve, na oportunidade, uma atuação de destaque no cumprimento do dever, quando soube conduzir e proteger o material confiado a sua guarda pelo Coronel **Carlos de Moraes Camisão**, Comandante daquelas Forças.

O Exército Brasileiro considera as ações de evacuação e tratamento de feridos, de suprimento da tropa e de recolhimento de extraviados e refugiados, notadamente levadas a efeito pelas tropas da Repartição Fiscal, como as precursoras do apoio logístico atualmente realizado pelo 28º B Log e demais unidades congêneres.

O PROJETO PARAGUAI

No momento, o 28º B Log está empenhado na manutenção de blindados URUTU e CASCAVEL, pertencentes ao Exército Paraguaio, missão recebida do Ministério das Relações Exteriores.

A fase inicial do Projeto ocorreu no Paraguai, em agosto de 2006, nas cidades de Curuguaty, San Juan Bautista, Capiata, Assunção, Cerrito e Mariscal Estigarribia, com a participação de uma equipe de avaliação diagnóstica para cooperação logística. Na oportunidade, ocorreram a primeira avaliação técnica e o levantamento das necessidades de suprimentos necessários para a manutenção dos blindados paraguaios.

Na cidade de Assunção, no mês de dezembro de 2006, os Representantes do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República do Paraguai assinaram o Arranjo Técnico, com a

Recebimento do primeiro lote de viaturas



finalidade de servir de base para os trabalhos de manutenções preventiva e corretiva a serem realizadas pelo Exército Brasileiro em 12 viaturas blindadas de transporte de pessoal URUTU e 28 viaturas blindadas de reconhecimento CASCAVEL pertencentes ao Exército Paraguai.

No período de 08 a 21 de abril de 2007, deslocou-se para Cerrito uma equipe do Exército Brasileiro com o objetivo de fazer, junto ao Exército Paraguai, o levantamento dos suprimentos que seriam aplicados na manutenção dos blindados e realizar o deslocamento do 1º lote composto de oito viaturas blindadas URUTU para o Brasil.

Pelo acordo, 32 viaturas blindadas seriam manutidas no Brasil e oito no Paraguai por uma Seção Leve de Manutenção do Exército Brasileiro, com previsão de término dos trabalhos em maio de 2009.

No dia 24 de abril de 2007, foi recebido um primeiro lote de viaturas URUTU, fabricadas pela ENGESA na década de 80. Na oportunidade, foram avaliados os seus diversos sistemas e cada componente foi verificado por uma equipe especializada que registrou, por meio de filmagens e anotações, as principais alterações encontradas, bem como o estado geral das viaturas.

Com recursos disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com os suprimentos trazidos do Paraguai, o 28º B Log passou a realizar uma recuperação completa dos blindados.

Na Seção de Blindados, os serviços são realizados por equipes compostas de sargentos, cabos e soldados com habilidades específicas necessárias para a recuperação de todos os sistemas do carro: motomecanização, comunicações, armamento, ótica, borracharia, pintura e eletricidade.



Manutenção de comunicações

MANUTENÇÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO

Abrange os seguintes sistemas: motor, alimentação de combustível, arrefecimento, direção, suspensão dianteira, suspensão traseira ("boomerang"), escapamento, montagem do motor na câmara, freio, pneumáticos, transmissão e caixa automática.

MANUTENÇÃO DE COMUNICAÇÕES

Estão sendo realizadas as seguintes ações: recuperação no conjunto rádio XX 11 – ERC 203 que abrange a substituição de módulos, calibragem de potência e ajuste da frequência do receptor transmissor XX 11 – RY 20/ERC; reparação do módulo passa-faixa do amplificador AF/RF e fonte OP24/ERC; recuperação completa dos cabos e labiofone do conjunto telefônico de cabeça XX 11 – CJ30/ERC.

Dentre as dificuldades encontradas durante a desmontagem do conjunto de intercomunicações XX 11 OP 21/ERC, foram verificados controladores e bases sem os componentes internos e cabos e conectores comprometidos pela corrosão. A reparação foi bastante dificultada, pois o aproveitamento dos componentes foi de suma importância pela dificuldade de aquisição dos suprimentos.

Os serviços principais realizados abrangeram os seguintes componentes: receptor – transmissor, amplificador, base



Manutenção de Motor



Manutenção de armamento



Borracharia, pintura e eletricidade

de montagem, acoplador de base de antena, conjunto telefônico, cabos, seção de antena, distribuidor, controladores e caixa de conexão.

MANUTENÇÃO DE ARMAMENTO

Nas metralhadoras .50 M1 Browning de torre e 7,62 M971 MAG Coaxial Mod 60-20 estão sendo realizados os seguintes serviços: desmontagem, limpeza, correção de pequenos danos, montagem, lubrificação, calibragem do cano (máxima e mínima), calibragem de tiro e percussão, teste de solenóide, substituição de peças danificadas e tiro técnico.

MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ÓTICOS

Estão sendo mantidos os seguintes componentes: periscópio de pontaria, periscópio pequeno e curto e bloco de visão.

BORRACHARIA, PINTURA E ELETRICIDADE

As rodas estão sendo desmontadas na borracharia. Os pneus, devido ao pouco de tempo de uso, são substituídos quando ressecados e a câmara alveolar depois de testada é trocada, se for o caso. A Seção possui uma rampa para alinhamento e balanceamento.

Na seção de pintura é realizado um processo de preparação dos blindados que contam com as seguintes etapas: desmontagem interna, organização e loteamento das peças desmontadas, lavagem interna e externa dos carros, preparação da carroceria e parte interna, confecção de

partes faltosas, aplicação de fundo, pintura interna e externa e montagem.

Na seção de elétrica são recuperados os alternadores, os painéis e os motores de partida. Outro trabalho realizado é a substituição de cabos, interruptores, buchas, conectores, arruelas e ligações elétricas necessárias ao bom funcionamento dos blindados.

No dia 16 de julho de 2007 o Comandante do Exército Brasileiro, General **Enzo Martins Peri**, visitou as instalações do 28º B Log, quando pôde inteirar-se das diversas etapas da manutenção e verificar o trabalho já realizado.



O Comandante do Exército Brasileiro, General Enzo, acompanhado de autoridades paraguaias durante a entrega do primeiro lote de blindado

A entrega do 1º lote de blindados às autoridades paraguaias foi realizada no dia 17 de julho de 2007. A cerimônia foi realizada no quartel do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada, localizado em Ponta Porã-MS, cidade localizada na fronteira entre os dois países e contou com a presença do Comandante do Exército Brasileiro, de diversas autoridades militares paraguaias e, ainda, de representantes do corpo diplomático brasileiro. ➡



Laboratório de Microcalorimetria do Depósito Central de Munição

O Depósito Central de Munição (DC Mun), Organização Militar (OM) diretamente subordinada à 1ª Região Militar (1ª RM), é o maior depósito de munição da América Latina.

Situado em uma área de mais de 20 Km², nos municípios de Seropédica e Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, possui 77 unidades de empacotamento (UE), sendo 74 paioís e três armazéns. Toda a munição adquirida pelo Exército Brasileiro (EB) tem como porta de entrada o DC Mun.

A OM tem como missões:

- promover o apoio logístico de suprimento de munição (CI V), gerenciando, empacotando e guardando a munição estratégica do Exército como Depósito Central e, como Depósito Regional, a munição destinada às OM da 1ª Região Militar;
- fabricar e (ou) promover a recarga de tiros de salva (75mm, 90mm, 105mm) e de armamento leve (7,62mm, 9mm, etc);
- realizar os exames de estabilidade química no âmbito da 1ª RM;
- fazer o encaminhamento das munições para Exame de Valor Balístico (EVB);
- destruir as munições que ingressam nas Cat "D" e "E"; e
- ficar em condições, ainda, de instalar e operar um Posto de Suprimento Classe V(Mun) em apoio às ações de um Exército de Campanha.

Para cumprir essas missões, o DC Mun conta com

um efetivo de 583 militares, distribuídos em três subunidades: a Companhia Comando e Apoio (CCAp), a Companhia Depósito de Munição (CDM) e a Companhia de Suprimento de Munição (Cia Sup).

Entre os vários projetos na área operacional, de logística, de segurança e de gestão de meio-ambiente em andamento na OM, destaca-se o do Laboratório de Análises Químicas, onde já se encontra implantado o 1º Laboratório de Microcalorimetria do Brasil. Um laboratório moderno, que utiliza a tecnologia do Calorímetro de Fluxo de Calor (CFC) na realização do Exames de Estabilidade Química (EEQ) dos diversos tipos de propelentes (pólvoras) utilizados na munição destinada ao EB.

LABORATÓRIO DE MICROCALORIMETRIA: UM GRANDE AVANÇO NO EXAME DE ESTABILIDADE QUÍMICA

OS TIPOS DE PROPELENTES

Os propelentes de munições (pólvoras) são classificados quanto à sua composição em três tipos: pólvora de base simples (BS), que tem, como principal composto, a nitrocelulose; pólvora de base dupla (BD), que tem, como seus dois componentes principais, a nitrocelulose e a nitroglicerina; e pólvora de base triplice (BT), que tem, como seus três componentes principais: a nitrocelulose, a nitroglicerina e a nitroguanidina. Esta última surgida na segunda metade da década de 30 do Século XX, tem como

vantagem principal ser uma pólvora fria, ou seja, desenvolve muito menos calor no interior do tubo, poupando a vida útil do armamento.

ANTECEDENTES DO CFC

Durante a década de 90 do Século XX, o EB adotou armamentos cujas munições empregavam como propelente pólvoras de base tríplice (Obuseiro Light Gun; Obuseiro AP M 109; CC Leopard I A1 e CC M 60 A3 TTS).

A partir de 1996, o sistema de gerenciamento da estabilidade química dos propelentes das munições estocadas no DC Mun detectou que era chegado o momento de realizar os EEQ de diversos lotes das munições de BT. Com isso, surgiu a necessidade de uma nova tecnologia para validar as munições recém-adquiridas.

O antigo Departamento de Material Bélico (DMB) pesquisou as soluções existentes nos países mais avançados. Foi verificado que esses países empregavam metodologias para realizar os EEQ com o uso de instrumentação mais cara e de resultados poucos expressivos; ou de instrumental de razoável complexidade e demorada técnica de execução cujo resultado também era apenas constatar ou negar a presença de estabilizante no propelente.

Em 1997, o DMB decidiu adquirir lotes de munição 105 HESH, oferecido pelo Exército holandês, com EEQ validados. No relatório de recebimento, constou que o EEQ da munição adquirida tinha sido feito pela empresa holandesa *TNO/Prins Maurits Laboratory* e que essa empresa realizou o exame com muita simplicidade e propriedade, empregando um equipamento chamado Calorímetro de Fluxo de Calor (CFC). Isso despertou o interesse do DMB para a solução do impasse, uma vez que o CFC é capaz de realizar EEQ não somente em pólvoras BT, mas em todas as outras pólvoras químicas.

Durante os anos de 2000 e 2001, aprofundaram-se os estudos e pesquisaram-se outras fontes fornecedoras do CFC. Ao final, foi decidido adquirir o CFC da empresa holandesa. O Departamento Logístico (D Log) solicitou a aquisição do CFC ao Estado-Maior do Exército, que providenciou o contrato com respectivos estágios de aprendizagem de uso do equipamento e assistência técnica.

O Sistema CFC foi implantado, após reformas e adaptações, no ano de 2006, nas instalações do Laboratório Químico do Depósito Central de Munição. A ação exigiu que fossem equacionados, pela equipe de implantação, todos os desafios inerentes a um novo projeto tecnológico.

A METODOLOGIA TRADICIONAL DE EXAMES

Os exames tradicionais de estabilidade química de propelentes foram estabelecidos com o objetivo de verificar o estado da munição, garantindo a segurança da armazenagem, do emprego e do seu desempenho balístico, ou seja, atirar com eficácia e armazenar com segurança.

No âmbito do EB, o sistema de exames de munições compreende o exame de estabilidade química - EEQ, realizado nos laboratórios químicos regionais, e o exame de valor balístico - EVB, realizado somente no Campo de Provas da Marambaia (RJ). Atualmente, segundo o manual técnico T 9-1903 (Armazenamento, Conservação, Transporte e Destruições de Munições, Explosivos e Artíficos), esses exames são realizados em períodos pré-determinados, dependendo do tipo de munição, tempo de armazenagem ou outras condições especiais.

As normas da Força não contemplavam os exames de estabilidade química em propelentes de base tríplice, o que gerava limitações de emprego aos novos armamentos adquiridos pelo EB.

Em geral, os EEQ são realizados após cinco anos da fabricação, ou antes, quando necessário, e, posteriormente, a cada dois anos. Os EVB são necessários após quinze anos de sua fabricação, ou antes, quando necessário, e, posteriormente, a cada dois anos. Como esses últimos exames são realizados somente no Campo de Provas da Marambaia e dependem de transporte de amostras de tiros, o EVB deve ser evitado ao máximo, cabendo, para isso, um planejamento para o uso preferencial dessas munições.

O CALORÍMETRO DE FLUXO DE CALOR E A NOVA METODOLOGIA

O Calorímetro de Fluxo de Calor (CFC) utiliza a técnica de microcalorimetria, a qual permite verificar a perda de energia dos propelentes da munição durante o seu envelhecimento. Essa característica possibilita prever, com elevado grau de segurança, a vida útil remanescente do material, o que propiciará um melhor planejamento do emprego dos lotes de munição do EB.

A metodologia em tela é adotada pelas forças de defesa da Holanda, sendo aceita pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), inclusas nas normas STANAG 4582 – *Stability Tests Procedure and Requirements using Heat Flow Calorimetry*.

Os propelentes químicos têm em sua composição a nitrocelulose que, com o decorrer do tempo, sofre decomposição química por influência das condições ambientais (temperatura e umidade). De maneira geral, o exame químico do CFC/TNO simula o envelhecimento do propelente de uma amostra de pólvora de aproximadamente cinco gramas no interior do CFC, nas condições de 168 horas (07 dias) a 85°C, que é comparada a um envelhecimento de 10 anos a 30°C. Após este tempo, o sistema informatizado calcula a data do próximo exame, chegando a uma projeção de até oito anos – considerando dois anos de segurança não-computados – ou reprova a amostra, dispensando, assim, os exames periódicos tradicionais do EB, que validam a munição após cinco anos de fabricação por no máximo dois anos.

POSSIBILIDADES DO CFC

As principais possibilidades dessa nova metodologia são: aplicação em pólvoras de base tríplice, que não podiam ser avaliadas pelos métodos preconizados pelo Manual Técnico T9 - 1903; gerenciamento de exames de estabilidade química a distância (desde que se disponha de pequena amostra de propelentes e obtenham-se temperaturas locais); avaliação da vida útil remanescente do material examinado com maior precisão, por um período de até oito anos entre os exames; melhor gerenciamento dos lotes de munições; e maior segurança e disponibilidade no armazenamento de munições.

SITUAÇÃO ATUAL DO CFC

Nas primeiras análises, foram examinados os propelentes das cargas de projeção do Tiro do Obuseiro 105 mm L118 Light Gun e as cargas de projeção dos Tiros do Can 105 mm dos carros de combate Leopard e M60, por se tratarem de propelentes de base tríplice, grande óbice até a implantação do projeto.

Na seqüência, foram priorizadas as cargas de projeção do tiro do obuseiro 155 mm, pois foi constatado que havia grande quantidade dessas cargas em estoque, em uso suspenso, no DC Mun, o que resultava em grandes prejuízos para o EB.

Foram feitas 245 análises em lotes de munição que estavam em uso suspenso, 40 análises de pesquisas para dissertação de Mestrado do Instituto Militar de Engenharia

(IME), quatro análises como prestação de serviço para a Empresa de Gerenciamento de Projetos Navais (EMGEPRON) e duas análises para pesquisas do Centro Tecnológico do Exército (CTEx).

CONCLUSÃO

O DC Mun, a despeito de todas as dificuldades conjunturais, vem cumprindo as suas missões operacionais ao longo de seus quase 50 anos de existência na atual sede. Suas tarefas foram recentemente facilitadas com a implantação do Projeto do CFC no decorrer do ano de 2005, representando um salto de qualidade nas atividades logísticas que envolvem o tema munição.

Foram investidos no projeto de implantação do 1º Laboratório de Microcalorimetria do Brasil US\$ 1.059.000,00 (um milhão e cinquenta e nove mil dólares). A munição colocada em uso, até o presente momento, está avaliada em cerca de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Portanto, é lícito concluir que os resultados já alcançados pelo projeto justificam todo o investimento, além de continuar permitindo a extração das vantagens tecnológicas do sistema.

Atualmente, encontra-se em estudo no EME e no Departamento Logístico a possibilidade de aquisição de outros laboratórios para a 3ª e 12ª Regiões Militares. A médio e longo prazo, o equipamento proporcionará o uso mais otimizado de nossa munição, evitando assim a destruição desnecessária de itens de alto valor agregado. —



Epopéia VERDE-OLIVA na Terra do Tio SAM

Militares do
Exército Brasileiro conquistam
de forma espetacular, por
equipe e individual, a
23ª Edição das Dez Milhas
do Exército dos EUA

ARMY TEN-MILER RACE (DEZ MILHAS DO EXÉRCITO DOS EUA)

A prova do Exército Americano possui um percurso de dez milhas (16.090 metros) e é certificada pela Federação de Atletismo dos EUA. Corrida tradicional do calendário americano, é a mais importante na prova de dez milhas do País e a segunda do mundo na categoria. Promovida anualmente pelo Exército, é o principal evento desportivo da Instituição e reúne milhares de corredores civis e militares de todo o mundo.

Possui um traçado bastante rápido (plano) e se desenvolve pelos principais pontos turísticos de Washington, ao lado do Rio Potomac, tendo sua largada e chegada fixadas nas imediações do Pentágono.

Na edição de 2007, registrou-se 660 equipes e milhares de corredores de todos os 50 estados americanos e do Distrito da Colúmbia, perfazendo um total de cerca de 26 mil atletas inscritos. Do universo de inscritos, as estatísticas da prova apresentaram 56% homens e 44% mulheres e 68% civis contra 32% de militares.

Foram convidadas as equipes do Brasil, Canadá e Romênia e inscritos centenas de atletas estrangeiros avulsos. Conforme dados fornecidos pela Organização da prova, 17.600 corredores concluíram o percurso.

A Army Ten-Miler Race, a exemplo da maratona de Chicago, foi realizada sob forte calor e elevada umidade e, como nota triste do evento, registrou-se a morte de um corredor nas proximidades do Pentágono.

A EQUIPE MILITAR BRASILEIRA

A equipe de atletas do Exército Brasileiro, selecionada e treinada pela Comissão de Desportos do Exército (CDE) nos últimos Jogos Marciais, sagrou-se campeã individual e por equipe de forma brilhante e incontestável sob todos os aspectos.

O feito foi considerado, por toda imprensa americana e internacional (Washington Post e outros), como um acontecimento surpreendente e vale destacar o momento da chegada como um dos mais marcantes da prova, quando o soldado Gutemberg – campeão individual – deu um “sprint” final e venceu o soldado **Reginaldo**, companheiro de equipe, por apenas 1 (um) segundo de diferença.

No dia seguinte, a equipe militar brasileira foi homenageada e premiada na abertura da Feira de Exposição de Armamento do Exército Americano, considerada a maior do mundo, onde se encontravam presentes autoridades, oportunidade em que foi aplaudida demoradamente, por uma platéia bastante entusiasmada.

Estiveram presentes ao evento o Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro – em visita oficial aos EUA – e o Adido Militar Brasileiro naquele país. ➡



Da esquerda para a direita: Gutemberg, Reginaldo, do Nascimento, Vecchi, Dias e Lielzo

1º Lugar	Sd José Gutemberg Ferreira	Bia C Sv/FSJ (Rio de Janeiro-RJ)	49min 21seg
2º Lugar	Sd Reginaldo Campos Júnior	Bia C Sv/FSJ (Rio de Janeiro-RJ)	49min 22 seg
3º Lugar	Sd Josueldo Francisco do Nascimento	71º BI Mtz (Garanhuns-PE)	49min 40seg
4º Lugar	Cb Marcelo Vecchi	30º BI Mtz (Apucarana-PR)	49min 56seg
6º Lugar	Cb Waldir Dias Ferreira	10º BI (Juiz de Fora-MG)	50min 16seg
15º Lugar	Cb Lielzo Santana de Jesus	33º BI Mtz (Cascavel-PR)	52min 44seg



EXÉRCITO realiza OBRAS em PORTOS MARÍTIMOS



*Reforço da estrutura
do Berço 101*

A Doutrina Militar vigente preconiza, no que tange à Logística Militar, que as Forças Armadas irão necessitar, para atuação em um Teatro de Operações, de uma infra-estrutura física compreendendo vias de transportes terrestres, aquáticas e aeroviárias, terminais, dutos e instalações diversas.

Nesse contexto de emprego das Forças Armadas, a Arma de Engenharia é responsável pelo conjunto de atividades de planejamento e execução de obras e serviços para adequar ou obter a infra-estrutura física necessária para as operações militares de guerra.

Em seu âmbito de atuação, as ações da Engenharia observam as duas Fases Gerais adotadas pelo Ministério da Defesa e o Comando do Exército: o Preparo e o Emprego. Portanto, para o eficaz Emprego do Exército, faz-se indispensável um adequado Preparo.

Na Fase do Emprego, constitui princípio doutrinário do Exército a busca da Autonomia Operacional, ou seja, a capacidade plena quanto às Ações de Combate, Apoio ao Combate e Apoio Logístico.

Entre as Ações de Apoio às Operações durante a Fase de Emprego, sobressaem a construção e a reparação de rodovias, ferrovias, portos e aeródromos, indispensáveis para apoio ao movimento, concentração, embarque e desembarque de tropas no Teatro de Operações. Também são executadas obras de instalações de redes elétricas, dutos, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, além de outras.

Sendo assim, o Exército Brasileiro, por meio de sua Engenharia, tem realizado obras variadas por todo País, em parceria com órgãos das Administrações Públicas Federal,

Estaduais e Municipais. Toda sua força de trabalho está mobilizada, permitindo o adestramento continuado de seus quadros, que executam, em tempo de paz, as mesmas atividades técnicas que lhes são atribuídas num Teatro de Operações.

Atualmente, são mais de 50 missões diversificadas em técnica e dimensão, tais como pavimentação de rodovias, construção de pontes e viadutos, recuperação de portos, aeroportos e rodovias, entre tantas.

Num contexto de maior visibilidade, destacam-se a duplicação da BR-101/NE, a integração da Bacia do Rio São Francisco/NE e a reconstrução das BR-319/AM e BR-163/PA, consideradas obras de grande vulto e de elevado nível de complexidade técnica e logística. Em diferentes situações, outros serviços estão sendo executados, com novos desafios em função do ineditismo das missões, como é o caso dos trabalhos de recuperação dos portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, ambos no estado de Santa Catarina.

A Engenharia do Exército Brasileiro revive, nos dias de hoje, a mesma intensidade e entusiasmo com que os nossos antepassados participaram do importante processo de Integração Nacional e da modernização da infra-estrutura do Brasil. Reescrevendo a História em que "Bandeirantes do Século XX" conduziram a construção do Tronco Ferroviário Sul, fizeram chegar a primeira locomotiva a Brasília, aproximaram o Nordeste e a Amazônia da Capital Federal, perfuraram poços e construíram açudes no semi-árido nordestino.

Assim, ao mesmo tempo em que se adestra para o Emprego, a Engenharia do Exército Brasileiro participa do Desenvolvimento Nacional.

As missões de recuperação dos berços de atracação do Porto de São Francisco do Sul e do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba merecem destaque nessa edição da Revista Verde Oliva, não só pela complexidade técnica da missão mas, e principalmente, pelo pioneirismo do 10º Batalhão de Engenharia de Construção (10º BECnst), sediado em Lages/SC, na execução de serviços de engenharia em portos marítimos, instalações, sem dúvida, de grande valor estratégico em um Teatro de Operações.

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC

A cidade de São Francisco do Sul, terceira cidade mais antiga do Brasil está localizada na ilha de mesmo nome, distante 188 quilômetros de Florianópolis e 37 quilômetros de Joinville, no estado de Santa Catarina. A ilha foi descoberta em 1504 pelo francês **Binot Paulmier de Gonneville**, mas o povoamento efetivo da

cidade só aconteceu a partir de 1658, com a chegada de **Manoel Lourenço de Andrade**.

Com a construção da rede ferroviária e das instalações portuárias, a região teve um forte impulso de desenvolvimento. A importância dos trens e das operações portuárias para a economia de São Francisco do Sul se mantém até hoje.

O centro histórico da cidade, que preserva a riqueza arquitetônica da época colonial, e as belas praias da ilha de São Francisco do Sul atraem grande número de turistas para a região.

O porto está localizado na parte leste da baía da Babi-tonga e o acesso rodoviário a Joinville, maior cidade do Estado, e dali a todo o país e ao Mercosul, faz-se pela BR-280, num percurso de 40 quilômetros totalmente pavimentado.

O Porto de São Francisco do Sul possui um canal de acesso com 11 metros de profundidade e cinco berços de atracação - um deles arrendado para a iniciativa privada - com profundidades que variam entre 8 e 11 metros.

A movimentação de cargas no porto triplicou nos últimos dez anos, passando de 2.711.006T em 1995 para 7.968.333 T em 2005, representando um expressivo e continuado crescimento.

A infra-estrutura portuária da cidade, contudo, não recebeu as adequadas ampliação e manutenção, notadamente no tocante aos berços de atracação, necessários para o transporte marítimo internacional, com o uso de navios mais robustos e equipamentos portuários pesados.

A reforma dos berços de atracação do Porto de São Francisco do Sul integra um pacote amplo, de obras, concebido por meio do programa de recuperação dos portos brasileiros, desenvolvido pela Secretaria Especial dos Portos. O conjunto de melhorias deve possibilitar um aumento de 35% em sua capacidade.

Após estudos e negociações entre a atual Secretaria Especial dos Portos e o Departamento de Engenharia e Construção do Exército, o 10º Batalhão de Engenharia de Construção, Organização Militar Diretamente Subordinada ao Comando Militar do Sul, recebeu a missão de recuperar as estruturas dos berços de atracação 101, 102, 103 e 201, de acordo com o projeto concebido pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), a quem também coube a responsabilidade pela supervisão técnica da obra.

Após mobilização de meios e instalação de uma Base de Operações na cidade de São Francisco do Sul, com o efetivo de 90 militares e 30 servidores civis, o 10º Batalhão de Engenharia de Construção iniciou, em setembro de 2005, os trabalhos de recuperação dos berços 102 e 103, com a escavação do cais existente, levantamento topográfico e avaliação



Obras de recuperação dos berços 102 e 103

da capacidade de carga da estrutura existente, a fim de fornecer dados necessários à elaboração do projeto executivo.

Durante as escavações, foram constatados o aparecimento de grandes fissuras em algumas vigas da estrutura existente e o aumento considerável das deformações horizontais, o que poderia causar o colapso do cais a qualquer momento. Em virtude disto, decidiu-se pela execução de estruturas de reforço emergencial na parte central dos berços, onde estavam as maiores deformações, e também pela substituição das estacas cravadas por estacas escavadas, a fim de evitar qualquer tipo de vibração sobre os berços. Durante a execução dos serviços, foram utilizados 6.000 m³ de concreto usinado e 500 toneladas de aço.

Com uma plataforma de 276 m de comprimento, o berço 101 caracteriza-se como um cais aberto, pelo fato de sua plataforma assentar-se em tubulões de concreto armado revestidos com camisa metálica.

Os trabalhos no berço 101 deverão estar concluídos até maio de 2008, com a recuperação da laje e da estrutura na parte inferior do cais.

A ampliação do berço 201, a mais nova missão do 10º BECnst no porto de São Francisco do Sul, teve início em janeiro de 2008. O local possui apenas 150 metros destinados à atracação de navios, mas ao final do corrente ano ficará com 250 metros de comprimento.

O conhecimento técnico adquirido pelos quadros do 10º Batalhão de Engenharia de Construção acerca das



Flagrante da visita do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, ao canteiro de obras do 10º BECnst.

Além do aumento da plataforma, o cais reconstruído permitirá o aumento do calado de 9,0 m para 13,5 m, possibilitando a atracação de navios de maior porte, atendendo, assim, a cerca de 90% das embarcações hoje existentes. Junto com a reconstrução dos berços, foi também reconstruído o sistema de drenagem, praticamente inexistente, e recomposta a pavimentação das retroáreas (áreas destinadas à manobra de caminhões e estacionamento de contêineres), que apresentavam desníveis de 60 centímetros no pavimento.

Vale salientar que a obra, concluída em janeiro de 2008, desenvolveu-se sem prejuízo das operações portuárias, com o mínimo de impacto na economia da região. Custou aos cofres públicos cerca de 16 milhões de reais, bem abaixo dos valores para obras deste porte.

Paralelamente às atividades nos berços 102 e 103, o 10º BECnst iniciou, em julho de 2007, os trabalhos para reforço estrutural do berço 101, destinado às cargas de grãos como milho e soja, responsáveis por mais da metade da movimentação do porto.

peculiaridades em termos de planejamento, estrutura organizacional e execução de uma obra portuária como a do Porto São Francisco do Sul contribui para que o Exército possa dispor, seja em tempo de paz ou de guerra, de pessoal técnico habilitado e mão-de-obra qualificada em obras portuárias.

PORTO DE IMBITUBA-SC

O Porto de Imbituba foi construído em uma enseada aberta ao mar, e possui águas abrigadas e profundas. Sua bacia de evolução tem condição invejável de profundidade e dimensões. O canal de acesso ao porto é igualmente profundo, permitindo a navegação de navios de grande porte a qualquer hora do dia ou da noite. Outra característica peculiar é a grande capacidade de crescimento devido ao tamanho de sua retroárea. O porto possui quatro berços de atracação, com 9,5 metros de calado, e por eles movimentam-se grãos sólidos, líquidos, congelados, contêineres e carga geral, com destaque nas importações de fertilizantes, coque, milho, sal e barrilha; e nas

exportações de congelados, açúcar e contêineres.

O Porto de Imbituba localiza-se no litoral sul do estado de Santa Catarina, a cerca de 90 km da capital Florianópolis e à margem da BR-101, uma das mais importantes rodovias do país, que permite acesso aos principais centros urbanos do Brasil e dos países integrantes do Mercosul. É administrado pela Companhia Docas de Imbituba, empresa de capital aberto que detém a concessão para sua exploração comercial, constituindo, assim, o único porto público do país administrado por uma empresa privada.

Atualmente, o molhe de abrigo do Porto de Imbituba encontra-se bastante comprometido devido à ação das fortes ondas, típicas do mar da região. Os impactos constantes dessas ondas estão retirando os blocos de rocha do molhe e assoreando o leito do mar, gerando, desta forma, um problema que, se não solucionado, em pouco tempo causará a ruptura do molhe e impedirá a operação no porto.

O projeto de restauração do molhe de abrigo do Porto de Imbituba, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Hidráulica (INPH), prevê a construção do novo corpo do molhe, afastado 40 metros da estrutura atual e com uma extensão de 1.000 metros (na direção do mar), que alongará a vida útil da estrutura por, pelo menos, mais três décadas.

Após estudos e negociações entre a atual Secretaria Especial dos Portos e o Departamento de Engenharia e Construção do Exército, o 10º BECnst recebeu a missão de executar o projeto concebido pelo INPH. Para execução dessa obra, o Batalhão mobilizou meios materiais e 70 militares para a cidade de Imbituba/SC, dando início à "Operação Baleia Franca", em referência à cidade de Imbituba, considerada a capital nacional da baleia franca.

A missão teve início em abril de 2007, com a concretagem dos tetrápodes (blocos de concreto, pesando oito toneladas cada um, projetados para substituir os blocos de rocha de maior tamanho nos quebra-mares e molhes de abrigo, proporcionando menor custo e agilidade na execução da obra) e a construção do enrocamento de 330



Construção do enrocamento do novo molhe de abrigo

metros do corpo do novo molhe de abrigo.

De acordo com o cronograma previsto, a missão de recuperação do molhe de abrigo do Porto de Imbituba deverá ser concluída em cinco anos, em razão da complexidade técnica, da grandiosidade da obra e das condições climáticas e meteorológicas da região.

O 10º BECnst, a exemplo das demais Organizações Militares em suas áreas específicas, tem como objetivo primordial, na Fase de Preparo, adestrar-se para as missões que lhe caberiam na Fase do Emprego do Exército, no cumprimento de suas missões constitucionais, particularmente as de defesa do território e da soberania nacional.

Esse objetivo é alcançado pelo 10º BECnst, ao cumprir missões de construção adequadas aos seus potenciais operativos, como é o caso da recuperação dos portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, quando o Batalhão pôde executar Operações de Engenharia de Construção de longa duração, qualificar seus quadros de pessoal e formar uma reserva apta. Manteve-se bem equipado em material e atualizou-se tecnologicamente, além de obter o domínio da Cadeia Logística do Suprimento e da Manutenção necessários ao cumprimento da missão. ➡



*Concretagem das
fôrmas de tetrápodes*



Estágio no SIesp - Primeiros Socorros



Adestramento do Batalhão HAITI no SIesp - Combate Urbano



Adestramento do Batalhão HAITI no SIesp - Combate Urbano

Em 02 de maio de 2004, o Comando Militar do Nordeste (CMNE) criou a Seção de Instruções Especiais (SIEsp) com o principal propósito de proporcionar condições para que pudesse manter em alto nível a capacitação técnica e tática de seu efetivo profissional. Além de auxiliar no adestramento das tropas, as atividades desenvolvidas pela Seção permitem incrementar o relacionamento da Força Terrestre com a comunidade civil, forças co-irmãs e auxiliares.

Localizada no Complexo Militar do Curado, próxima ao aquartelamento do 4º Batalhão de Polícia do Exército (4ºBPE), a Seção possui em suas instalações três torres metálicas destinadas às atividades de rapel (rampa vertical, rampa inclinada e descida em negativo), tirolesa (com queda livre de dois metros em cabo de aço duplo), "fast rope" e técnicas de escalada, interligadas por meios de transposição de obstáculos (ponte de três cordas, passareira, falsa baiana e cabo aéreo).

Ainda como parte da estrutura de suas instalações, foi construída uma pista de combate de 50 metros, com diversos obstáculos de corda, máximo e mínimo, rede de abordagem dupla, passareira, rastejo e passeio do jacaré duplo com 2,5m de extensão. A pista de liderança em combate possui dois quilômetros de extensão e foi instalada em área de mata com duas passareiras de 20m transpondo o rio Curado, três tapiris, três casas de madeira, duas guaritas e um muro de assalto em área cercada, destinados à instrução de combate em área urbana. Para a prática de artes marciais concebeu-se uma caixa de areia de 10x20m.

As instruções aquáticas contam com uma piscina polivalente de 25 x 10m, com caixas distintas de profundidade e cinco raias semi-olímpicas destinadas à natação esportiva, utilitária e técnicas de mergulho. O treinamento da técnica de "hello casting" vale-se de uma plataforma metálica de três metros, permitindo, em muito boas condições, o treinamento de equipes sob condições muito próximas da realidade.

Em 2007 a Seção sofreu alguns ajustes no seu quadro de pessoal e missão, ficando diretamente subordinada à 3ª Seção do CMNE.

INSTRUÇÃO E ESTÁGIOS

A SIEsp ministra vários estágios que possibilitam ao militar enfrentar as mais diversas situações, com o emprego de técnicas especiais, simulando operações reais e contínuas, sob condições muito próximas às de combate.

Estágios regulares e especiais são oferecidos para organizações militares da Marinha, Aeronáutica e Forças Auxiliares, bem como para empresas, instituições públicas, escolas e associações esportivas. Ao longo de sua existên-

SPECIAIS

cia, a SIEsp/CMNE já realizou treinamento com cerca de cinco mil militares e civis.

Para 2008, a SIEsp está planejando diversos estágios e o cumprimento de pedidos de cooperação de instrução.

A grade curricular compõe-se de instruções especiais tais como gerenciamento de crises, técnicas de escalada, meios de transposição, orientação diurna e noturna com diversos equipamentos, técnicas de rapel e de mergulho, natação utilitária, operações aeromóveis, pista de combate, artes marciais, técnicas de tiro do atirador de escol - "snipper", liderança militar em pista de combate simulado, estudo de situação do comandante de pequenas frações, patrulhas, operações em meio rural e urbano, técnicas de reação imediata - emboscada, contra-emboscada e combate de encontro, primeiros socorros e operações de resgate, progressão sob fogos, exploração de meios de comunicação e sinalização para aeronaves, circuito ecológico (fauna e flora), socorros de emergência, segurança pessoal e patrimonial, técnicas de sobrevivência, operações de busca e salvamento e adestramento de caçador (estágio).

Objetivando alcançar resultados práticos, a SIEsp do CMNE direcionou seu esforço inicial para o adestramento da Força Guararapes, tropa constituída de aproximadamente 3.500 homens, oriundos de diversas organizações militares do Nordeste, apta a ser empregada em qualquer parte da região, em curto espaço de tempo, a fim de atuar, prioritariamente, em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

MISSÃO DA ONU

Em 2006, a SIEsp enviou para o exterior um efetivo com cerca de 30 homens que fizeram parte do 5º Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz da Missão da ONU para Estabilização do Haiti. Toda a estrutura física de apoio à instrução da SIEsp foi utilizada para treinamento do contingente nordestino designado para aquela missão de paz.

Ao término do mesmo ano, esses militares regressaram para a SIEsp, muito bem adestrados e treinados em missões de GLO. Desde então, a Seção vem se transformando num importante centro difusor da doutrina de emprego de tropa em missões de pacificação e restabelecimento da ordem, no âmbito do CMNE.

Aproveitando-se das experiências colhidas em território haitiano, currículos e técnicas vêm sendo aperfeiçoados de forma a realizar treinamentos e exercícios de acordo com os preceitos e lições apreendidas nas operações reais em ambiente urbano com conturbação da ordem pública. Dentro dessa nova ótica, o papel da SIEsp vem crescendo de importância, uma vez que sua atuação irá dar maior impulso às ações de preparo e emprego das unidades sediadas na área do CMNE. 🌿



Estágio no SIEsp - Pista de Cordas



Estágio para Forças Auxiliares (PCI PM-PE)



Vista aérea do SIEsp



Operação CHARRUA

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, a Operação Charrua, realizada no período de 12 a 21 de novembro de 2007, foi um grande exercício de Operações Combinadas, com a participação da Marinha, do Exército e da Força Aérea em um cenário de guerra convencional.

Atualmente, trata-se do maior exercício combinado da América Latina, em função do número de comandos e efetivos militares envolvidos, e teve como objetivo adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução desse tipo de operação.

Desenvolvida, simultaneamente, nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, a sua manobra contou com o envolvimento de mais de 10 mil homens e mulheres, proporcionando-lhe características eminentemente ofensivas em um cenário contemplado por batalhas navais, terrestres e aéreas.

Para a Operação Charrua foi criada a Área de Operações denominada Teatro de Operações Sul (TO Sul). Nessa área, as Forças Armadas operaram com os seguintes componentes:

Marinha do Brasil - Força Combinada Rio Grande;

Exército Brasileiro - Força Terrestre Componente;

Força Aérea Brasileira - Força Aérea Componente 103.

A operação ocorreu num quadro simulado de Guerra Convencional, entre o "País Azul" e o "País Vermelho". Fruto de divergências políticas e econômicas, o País Azul foi invadido pelo seu oponente, dando início, então, a uma ofensiva bélica.

MARINHA DO BRASIL

A Marinha atuou na Operação Charrua como Força Naval Componente, sendo representada, nesse Exercício, pelo Comando do 5º Distrito Naval



EFETIVO SUPERIOR A 10 MIL MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ESTEVE ENVOLVIDO NA MAIOR MANOBRA DE GUERRA CONVENCIONAL DA AMÉRICA LATINA



no Comando da Força Combinada Rio Grande, que conta com uma Divisão de Esquadra do Rio de Janeiro, além de outros meios pertencentes à Marinha do Brasil. Foram empregados nessa operação: Navio desembarque-Doca; navio transporte de tropa; fragatas; navios patrulha; rebocadores de alto-mar; 2ª Companhia de Fuzileiros Navaio e helicópteros.

FORÇA AÉREA

A Força Aérea atuou como Componente Aéreo, representada pela Força Aérea Componente 103 (FAC 103). Após ter conquistado a superioridade aérea, realizou vôos em apoio ao Exército e à Marinha. Para tal, empregou os seguintes tipos de aeronaves: F-5; H-50; C-97; A-1; AT-26; C-98; R-99A; RA-1; C-95; KC-137; R-99B; H-34; A-29; SC-95; KC-130; H-1H; C-130; P-95 e C-99.

EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército atuou na Operação Charrua 2007 exercendo o Comando do Teatro de Operação, cujo Estado-Maior é composto por oficiais das Três Forças.

A Força Terrestre Componente, representada pelo Exército Brasileiro, realizou uma transposição do Rio Jacuí, pelas peças de manobra da 6ª Divisão de Exército, na região de Passo de São Lourenço. As tropas em primeiro escalão realizaram um assalto embarcado em botes e em viaturas blindadas de transporte de pessoal M-113, que têm a capacidade de fazer a travessia por serem viaturas anfíbias. Em seguida, foi realizada a transposição das tropas mecanizadas e blindadas. Após um rápido trabalho da equipe de engenharia, foram disponibilizadas as portadas leves, as portadas pesadas e uma passarela para as Unidades de 2º Escalão e a tropa a pé. Por fim, com a construção de uma ponte modelo M4T6 foi feita a transposição das unidades em reserva e dos demais elementos de apoio ao combate.

Também, houve lançamento de mais de 130 pára-que-

distas militares integrantes da Brigada de Infantaria Pára-quedista, sediada no Rio de Janeiro. O lançamento foi realizado na região de Bagé (RS), tendo sido utilizada uma aeronave C-130 (Hércules) da Força Aérea Brasileira.

Ainda dentro do contexto da operação, houve a ocupação e a proteção do aeródromo de Caxias do Sul, com uma subunidade do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado (18º BI Mtz), de Sapucaia do Sul/RS. Esta atividade consistiu de um aprestamento (preparo operacional) da tropa, seguida de embarque em aeronave C-130 (Hércules), com um deslocamento aéreo realizado a partir da Base Aérea de Canoas para Caxias do Sul, para posterior ocupação e proteção das instalações em proveito das operações militares correntes e futuras.

Na Operação Charrua o Exército empregou os seguintes meios:

- 3ª e 6ª Divisões de Exército com suas Brigadas Subordinadas;
- Grupamentos da Brigada de Infantaria Pára-quedista, (Rio de Janeiro/RJ); da Brigada de Operações Especiais, (Goiânia/GO); da 11ª Brigada de Infantaria Leve, (Campinas/SP); da 12ª Brigada de Infantaria Leve, (Caçapava/SP); da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, (Dourado/MS); da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cristalina/GO; da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, (Guarujá/SP); do Comando de Aviação do Exército, (Taubaté/SP); do 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, (Formosa/GO); e da 1ª Companhia de Guerra Eletrônica, (Brasília-DF).

Uma página institucional na internet foi desenvolvida e abastecida, em tempo útil, com informações, fotos e vídeos, durante todo o desenrolar da manobra. Dessa forma a população em geral pôde acompanhar o desenrolar das atividades da Operação.

A cobertura pela mídia também foi ampla, com destaque nacional e internacional. Permitiu-se que diversos segmentos da imprensa pudessem acompanhar algumas das ações realizadas pelas Forças. —



Personagem da NOSSA HISTÓRIA

João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antonio Domingos Rafael de Bragança nasceu em 1767 e com 24 anos assumiu o Governo de Portugal. Não tinha sido preparado para reinar, mas também não ambicionava a Coroa que tinha como herdeiro, seu irmão mais velho, D. José.

Em 1785, casou com **Carlota Joaquina**, uma menina de 10 anos, para selar a amizade com a Espanha, do soberano **Carlos IV**.

Com as mortes de D. **Pedro III**, seu pai, e D. **José**, e ainda com a loucura da Rainha, sua mãe, se convenceu que cabia-lhe a tarefa de dirigir um país cercado de inimigos. Viu-se envolvido pela tumultuada política europeia, aliou-se à Espanha para combater a França e sua frota uniu-se aos navios ingleses na patrulha das rotas comerciais.

Quando **Napoleão** tomou o poder na França, foi pressionado para fechar os portos para os ingleses. Como a economia portuguesa estava ligada à Inglaterra, não aceitou tais imposições. Os ingleses tinham a maior frota da época e o fechamento dos portos prejudicaria o comércio de Portugal. Além disso, **Carlota Joaquina** mantinha-se fiel à Espanha e conspirava contra o trono português.

Sob a proteção de navios ingleses, D. **João** decidiu partir para o Brasil com toda Corte e o aparelhamento necessário para gerir o Estado.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, a frota parou em Salvador, os portugueses desembarcam entre aplausos da população.

Na Bahia, D. **João** decretou a abertura dos portos para as mercadorias estrangeiras. A 7 de março de 1808, a Corte Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, sendo recebida com grande festa pelo povo carioca.

Depois de instalado, ainda em clima de festa, D. **João** constituiu um ministério e o sistema administrativo passou a seguir o modelo de Lisboa, dando início ao seu governo. Retirou os entraves que impediam o desenvolvimento da colônia e empregou modelos em todos os campos da vida humana, transformando o Brasil completamente.

Ainda em 1808, passou a atacar a França mandando uma expedição ocupar a Guiana Francesa.

As relações entre o casal de príncipes não eram boas, pois D. **Carlota** sentia falta da Europa e a resistência do príncipe em não permitir-lhe influências no Governo contrariava a princesa. A ambição de D. **Carlota** era estender seus domínios às colônias espanholas do Prata. Quando D. **João** foi aclamado Rei, em 1818, as tropas portuguesas já lutavam na região e, em 1821, a Província Cisplatina foi anexada ao Brasil.

Em dezembro de 1815, é criado, pelo Príncipe regente, o Reino do Brasil. O objetivo era aumentar o prestígio de

D. João VI



D. **João** diante das potências europeias na negociação de paz com a França.

Os portugueses esperavam o retorno do Rei e à antiga situação, mas ele não falava em voltar a Lisboa e nem em revogar os decretos que haviam equiparado o Brasil a Portugal. O descontentamento de Lisboa era por ver a perda da importância política, pois na prática a capital do Reino era o Rio de Janeiro. Além disso, problemas econômicos começam a afetar Portugal e D. **João** era responsabilizado.

Em agosto de 1820, na cidade do Porto, explode uma revolução pedindo o fim da monarquia absolutista, convocação de uma assembleia constituinte e exigindo a volta de D. **João**. No Brasil ele também enfrentou problemas como: esvaziamento do tesouro, com a liberalidade dos gastos da corte e a campanha do Sul; fracasso nas iniciativas industriais; e idéias republicanas que fazem explodir a Revolução Pernambucana de 1817.

D. **João** não pensava em voltar para Portugal, porém, no Brasil, surgia uma corrente de brasileiros que via com bons olhos sua ida para Lisboa, pois isso facilitaria a independência total, com a separação de vínculos que ainda uniam os dois países.

Com o agravamento da crise, em 26 de fevereiro de 1821, tropas se amotinam e forçam o Rei a jurar pela constituição que ia ser realizada em Lisboa e a regressar imediatamente para a Pátria. No entanto, outros perceberam que a saída do Rei poderia retirar do Brasil a autonomia que tinha obtido. Portugueses e brasileiros trocam insultos e provocações, e entram em choque.

O Rei percebeu se não voltasse a Lisboa, seria guerra civil e, se retornasse, o Brasil não se conformaria e a separação seria a consequência.

Bom e pacato, não queria sangue nem guerra. A 22 de abril de 1821, passou o Governo a seu filho **Pedro** e preparou para embarcar. Sabia que o Brasil estava perdido para Portugal e que ele próprio aqui não poderia voltar. Estava abdicando das coisas que amava.

Entendia que amadurecia a Independência e manifestou-se a seu filho: "**Pedro**, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros". Era um conselho e uma profecia.

Partia do Brasil inconsolável, mesmo porque, devido à tensão reinante, não houve festa. Ao desembarcar em Lisboa, alguns aplaudiam, outros sorriam satisfeitos. Portugal estava feliz. Só o Rei ficava em silêncio, os olhos cheios de lágrimas. Morreu cinco anos depois. —

CONHEÇA O SEU **EXÉRCITO**



19 DE ABRIL
DIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO
www.exercito.gov.br